

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 188 • De 03 a 16 de maio de 1984 • Cr\$ 400,00

Nas ruas, unidos, preparar a greve geral

Diretas já

Enquanto se discute a marcação de um dia de jornadas nacionais pelas diretas, a CUT e a Conclat começam a discutir o caminho para fazer a greve geral. Nesta edição, um balanço da campanha que já é a maior da história do país e uma entrevista exclusiva com Lula e Weffort sobre os rumos da campanha (págs. 2 a 9).



A greve dia a dia



A greve do magistério de São Paulo que se iniciou no dia 4 de abril, terminando no dia 17, foi um desdobramento da campanha salarial de 1984. Para os professores associados a Apeoesp, ela se iniciou em outubro de 83, no Congresso Estadual da entidade, que aprovou um calendário para a campanha salarial.

Obedecendo a este calendário, no dia 23 de novembro passado os professores paralisaram as atividades e realizaram uma manifestação com a presença de oito mil pessoas, cobrando do governo o cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral.

Em janeiro, o índice de reajuste oferecido surpreendeu a todos, pois ficava bem abaixo do INPC. Assim, no início do ano letivo, realizaram-se em todas as regiões da capital e subdes do Estado, reuniões de representantes de escolas, em preparação à assembleia geral de 17 de março, no ginásio do Pacaembu.

A essa assembleia compareceram pouco mais de três mil professores. Para uma parte dos presentes, a campanha deveria concentrar-se no índice de reajuste, mas a pauta aprovada foi: 70% de reajuste, a título de reposição das perdas de poder aquisitivo desde março de 1981; devolução das cinco referências retiradas no governo Maluf; contagem de tempo corrido para todos os fins e incorporação da 2ª classe após dois anos para efeito de aposentadoria.

22/03 — Quinze mil professores estão presentes frente aos portões do Palácio do governo, exigindo a abertura das negociações. Presentes também as diretorias da União dos Diretores do Magistério Oficial (UDEMO), da Associação Paulista de Supervisores de Ensino (APASE) e do Centro do Professorado Paulista (CPP). A Comissão de negociação da Apeoesp e as diretorias presentes foram recebidas pela Comissão de Salários do Governo. Diante da resposta negativa dos representantes do Governo, as entidades do magistério resolveram unificar sua campanha. A partir deste momento a assembleia já marcada para o dia 31 de março passou a ser assembleia de todo o magistério.

31/03 — Com a presença de doze mil professores, foi aprovada por unanimidade a proposta unitária das entidades do magistério: greve a partir do dia 4 de abril e um calendário de atividades. Sem muita discussão, assim que a proposta foi votada, o plenário propôs sair em passeata, finalizada na Praça da Sé.

04/04 — A greve se inicia, com a participação de 95% das escolas.

05/04 — Manifestação na Praça da República conta com a adesão de pais e alunos, a comunidade está ao lado do magistério. Dela participam mais de 50 mil pessoas, todas questionando mais uma vez a política econômica do governo Montoro, ao longo de enorme passeata pelo centro de São Paulo. Houve também atos bastante massivos em quase todas as cidades do interior.

06/04 — Assembleia geral de 30 mil professores decide por unanimidade manter a greve. Não houve progresso nas negociações. A proposta do governo é dar duas referências e contagem de tempo corrido já e as outras três referências uma a cada ano. Após a assembleia, os grevistas saem mais uma vez em passeata até a Praça da Sé, sempre dizendo palavras de ordem contra Montoro: "Montoro não se iluda, quem elege é quem derruba". À noite, em cadeia de televisão, o governador apela para que os professores voltem às aulas.

10/04 — A greve continua com 100% de paralisação. Atos públicos nos bairros da capital reúnem toda a comunidade em torno às reivindicações do magistério e em defesa da escola pública.

11/04 — Nova assembleia, presentes 70 mil professores. A proposta do governo é a mesma. O grito é unânime: "Montoro a culpa é sua, a greve continua". Pela primeira vez uma proposta do comando — de abandonar a luta pelo índice de 70% — não tem condições nem mesmo de ser apresentada. É aprovada uma manifestação monstro dia 13 de abril, em frente aos portões do Palácio do Governo. Pela quarta vez, os presentes ao Ibirapuera saem em passeata. Montoro faz novo pronunciamento prometendo colocar a polícia ao redor do Palácio para impedir o acesso dos professores.

12/04 — A bancada do PMDB elabora uma contra-proposta que é apresentada à Comissão de Negociação e à Comissão Salarial do Governo. Ao final da tarde é noticiada por rádio e televisão nova proposta do Governo: as cinco referências e a contagem de tempo corrido seriam dadas de imediato; formaria-se uma comissão paritária para estudar a questão da aposentadoria e uma comissão de representantes do governo e de todo o funcionalismo para estudar o índice do reajuste de junho. A partir deste momento, o PMDB começa a agir como partido unificado no interior do movimento, organizando a partir das regionais e delegacias de ensino o recuo da greve. A "unidade" já estava quebrada.

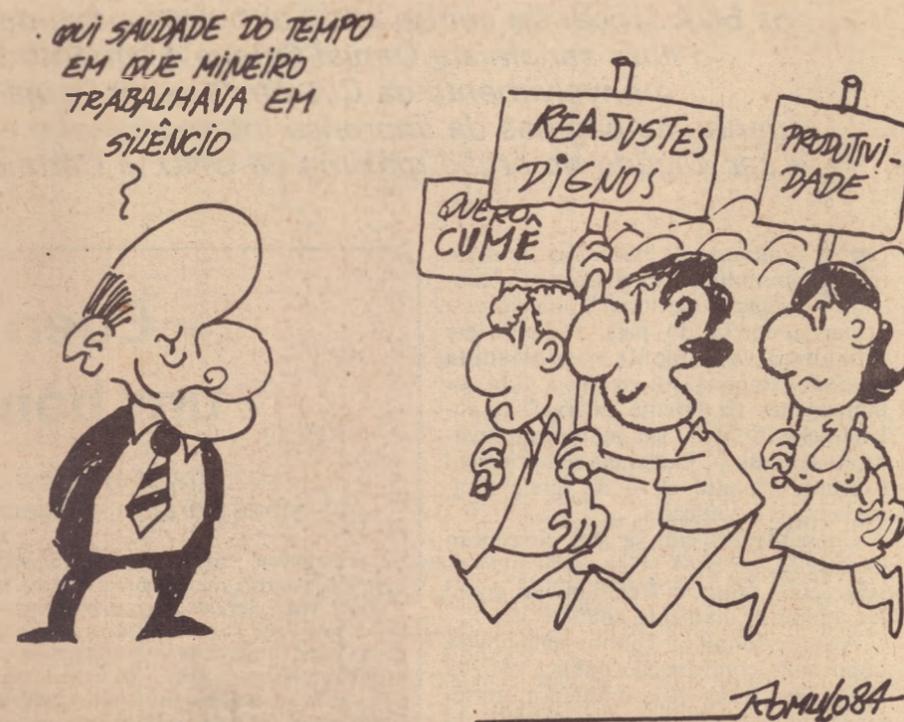
13/04 — Os primeiros manifestantes não conseguem chegar aos portões do Palácio pois há barreiras policiais. São mais de cem mil professores. Terminado o ato, o conjunto dos manifestantes toma toda a praça e o estacionamento em frente ao Estádio do Morumbi, onde realizam assembleia bastante difícil, quer pela falta de som, quer pela divisão de opinião instalada no seio do magistério a partir da proposta do governo. Diante da impossibilidade de chegar a bom termo, convoca-se nova assembleia para o dia 17 de abril.

17/04 — Nova assembleia. O ginásio do Ibirapuera é pequeno para abrigar todos os professores que chegam ao local, mais de 30 mil. Num clima de ânimo e disposição de luta, votou-se pela suspensão da greve pelo prazo de 45 dias, quando, em nova assembleia, marcada para 26 de maio, tomar-se-á conhecimento da proposta da comissão paritária a respeito das outras reivindicações.

Professores e funcionários mineiros

O primeiro confronto com Tancredo

Da sucursal



Desde o ano passado, os servidores do Estado de Minas Gerais vêm realizando assembleias conjuntas de toda a classe, para discutir e unificar as suas reivindicações, como também as formas de luta. Este tem sido um processo rico, onde se unificaram novas entidades do funcionalismo e a UTE (União dos Trabalhadores do Ensino), uma entidade com tradição de luta, mas que depois da greve de 1980 passou dois anos no esquecimento. A UTE puxou o movimento, mostrando um nível superior de organização em suas regionais e em cada escola.

A greve, tendo à frente os professores, atingiu 238 cidades, 130 mil servidores de educação, mais de dois milhões de estudantes e os funcionários das secretarias de estado da Saúde e do Trabalho; o Departamento de Estradas e Rodagem (DER); o Plambel; a Biblioteca Pública; Arquivo Público e parcialmente a Secretaria da Educação, além de mobilizar diversos outros órgãos públicos.

A paralisação deflagrada no dia 29 de março pelos professores, fez com que o governador Tancredo Neves viesse à televisão em horário gratuito para acusar os grevistas de "minoría exaltada, fazendo o jogo da direita no país", através de uma "greve preventiva, coisa nunca vista em nenhuma parte do mundo", pois até aquele momento, o governo não havia anunciado os índices de reajuste, nem dado resposta às outras reivindicações.

Funcionários se unificam

No dia 3 de abril, o governador veio outra vez à televisão anunciar os índices de 71,3%, 55% e 50% para as respectivas faixas salariais de até dois salários mínimos, de dois a três e acima de três e oferecendo um piso salarial de 97 mil cruzeiros. Para surpresa do governador, a adesão à greve dos professores

aumentou e os funcionários em assembleia no dia 5 de abril decidiram pela greve nos dias 9, 10 e 11, juntando-se à luta dos professores.

Imediatamente, a coordenação do movimento foi procurada pelo governo para que fosse reaberto o diálogo, tendo como perspectiva uma negociação. Mas, ao mesmo tempo em que se iniciavam as negociações, o governo eleito de Minas lançou mão do artigo 1632 da Constituição, uma lei da ditadura que proíbe a greve nos serviços públicos. Com base nesta lei, o governo compôs uma nota de repressão ao funcionalismo, divulgada na primeira página dos grandes jornais do estado e nas principais rádios de Belo Horizonte.

No dia 10 de abril, o governo apresentou sua proposta final: os índices para 71,3%, 65%, 55% e 50% para as faixas salariais de até dois salários, de dois a três, de três a quatro e acima de quatro. Foi reconhecida a legitimidade do movimento, através da criação de uma Comissão Paritária composta por seis representantes dos servidores e seis subsecretários da área econômica e social, além de atendidas algumas reivindicações específicas dos trabalhadores do ensino.

A greve foi encerrada nas assembleias dos funcionários no dia 11 e dos professores no dia 12 de abril, ambas reprovando por unanimidade a proposta do governo e aprovando lutas conjuntas da classe.

Esta greve foi o primeiro confronto dos servidores com a política de austeridade do governo Tancredo Neves. Os funcionários tiveram uma vitória política importante, mostrando que a organização e mobilização estão acima da vontade do governador, que hoje prioriza o pagamento da dívida do Estado e não os compromissos assumidos em palanque na campanha eleitoral de 82.

Manter a ofensiva

1. Como é amplamente reconhecido, o país já não é o mesmo. Depois da primeira etapa da campanha pelas diretas já, o isolamento do regime chegou a um tal ponto que já podemos visualizar como possibilidade real o fim da ditadura.

A ditadura, é claro, ainda existe e ainda é capaz de arregar os dentes, decretar medidas de emergência, sítar a capital do país, o Congresso Nacional, pressionando os deputados do PDS para se alinharem com os seus interesses. E, como vimos, estas medidas ainda têm alguma eficácia. A ditadura ainda é capaz de atacar redações de jornais de esquerda e de realizar inúmeras prisões.

Não tem condições, no entanto, de golpear de forma profunda e duradoura o movimento de massas. Tem uma unidade interna precária para reunir forças para acionar um golpe militar. E, mesmo se numa hipótese improvável, reunisse esta unidade momentânea dificilmente um golpe com estas características se estabilizaria.

O povo já não se intimida como antes, como ficou claro, por exemplo, no esplêndido "buzinaço" de Brasília, durante as medidas de emergência. Contestada, enfraquecida, a ditadura reage de forma inclusive um tanto ridícula: haja visto o curioso episódio do general Newton Cruz, perfilando a tropa na madrugada do dia 26, depois da emenda Dante de Oliveira não ter conseguido quorum, para dar seis "Hip! Hip! Hurra!" pela vitória... contra o Congresso Nacional e o povo.

Há um impasse institucional na medida em que o Colégio Eleitoral está inviabilizado e qualquer alternativa constitucional a ele precisa de dois terços dos votos do Congresso para ser aprovada. A emenda Figueiredo, classificada pelo general presidente como a sua última palavra, o máximo de concessão que é possível fazer, não consegue ser o marco para uma negociação com as oposições burguesas.

2. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso, crescem as articulações visando uma negociação do impasse, no sentido de evitar uma ruptura de controle difícil e resultados imprevisíveis. A principal iniciativa de conciliação foi feita por Tancredo Neves, tendo como pretexto a comemoração do dia da Inconfidência Mineira em Ouro Preto. Reunindo governadores do PMDB e do PDS, Tancredo ofereceu até mais que um projeto de transição: na verdade, veiculou um programa de realizações inclusive no campo econômico para um governo de transição.

Uma coisa, no entanto, é visualizar um certo fortalecimento das propostas de negociação. Outra é reconhecer que o campo da conciliação das diferentes frações da burguesia já está dado, que é um fato consumado faltando apenas canais para se dar.

Existem três condições para uma negociação burguesa hoje: a existência de um interlocutor no campo da ditadura que represente a unidade de



suas forças; a existência de um interlocutor que expresse o consenso dos partidos da oposição burguesa, principalmente o PMDB. E, fundamentalmente, uma proposta que galvanize e viabilize este acordo.

Nenhuma destas três condições está desde já alcançada. Ainda são ponderáveis os setores da ditadura que resistem a uma negociação que certamente implicará no abandono do seu projeto continuista; o amplo movimento pró-diretas que galvanizou o país nestes últimos meses não foi derrotado.

Portanto, é provável que, dependendo do alcance da continuidade da pressão do movimento de massas, o impasse institucional prossiga ainda por um período que pode ser decisivo. É significativo que o "negociador" mais açodado, Tancredo Neves, já teve o desgosto de verificar este fato. Após dar uma punhalada no movimento pró-diretas, viu-se em dificuldades dentro de seu próprio partido e, alguns dias depois, recuou, dizendo estar sem condições pessoais e políticas de conduzir as negociações. E, por ordenar a repressão de uma manifestação de estudantes pró-diretas no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, vive uma crise importante na própria Executiva do PMDB mineiro.

3. Do ponto de vista dos trabalhadores, não há por que temer o impasse institucional: queremos justamente o fim das intuições do regime vigente. Por isso

mesmo, este não é um argumento em favor de negociações que cheguem a uma entendição com Figueiredo e Leitão, traindo o povo que se mobilizou pelas diretas-já. Nesta questão, nosso ponto de vista é exatamente oposto ao do senhor Tancredo Neves. Queremos a ruptura.

Para que isto ocorra, é necessário que o movimento de massas pró-diretas não ceda, não saia das ruas, retome o patamar de mobilização que alcançou às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, se amplie e radicalize. Isto é possível!

Julgamos que sim. Há frustração diante do fato da emenda Dante de Oliveira não ter alcançado quorum. Mas há um sentimento de indignação que se expandiu e cresceu e que dificilmente poderá ser curvado.

Para que o movimento das diretas mantenha o seu pique e cresça é necessário procurar manter a unidade ampla das forças como se verificou na primeira fase da campanha. Sabemos que os governadores da oposição oferecerão obstáculos à continuidade da mobilização, como aliás já vinha ocorrendo no último período. Mas a disposição de continuar a luta, embora tenha no PT o seu representante mais destacado, ultrapassa em muito a área de influência imediata do partido.

De novo, a tática é combinar a pressão sobre os setores mais moderados da oposição com o avanço das mobilizações. Nestes sentidos, é importante lutar pela continuidade dos

Comitês Pró-diretas que foram criados nos vários estados e que têm expressão no Comitê Supra-partidário Nacional. Eles aparecem, neste momento, como o local mais adequado para decidir e centralizar os passos unitários da continuidade da luta. Já se discute, inclusive, a proposta de uma grande jornada nacional de protestos no dia 13 de maio ou em uma data próxima.

A compreensão desta unidade mais ampla não implica de modo algum em subordinar as ações do movimento operário sindical a vetos eventuais do Comitê Supra-partidário. O movimento operário sindical tem hoje o enorme desafio de acionar a proposta de uma greve geral, único instrumento de força que pode significar uma pressão de qualidade superior sobre a ditadura.

A greve geral crescerá com o apoio decidido dos vários setores do movimento popular e o endosso das diversas forças envolvidas na campanha. Uma paralisação nacional hoje terá inevitavelmente um sentido político de expressar de forma radical os anseios democráticos que estão nas ruas e não é um fato, neste sentido, meramente sindical.

Mas ela depende da capacidade da CUT em garantir por suas próprias forças o seu sucesso. Joga aí um peso decisivo a pressão sobre a Conclat, em uma dinâmica de frente única. É significativo que em vários locais do país os primeiros de maio tenham sido unificados, refletindo a pressão unitária do movimento. É significativa a assinatura de uma nota CUT-Conclat propondo a discussão de uma greve geral nas bases do movimento sindical, mesmo que saibamos a disposição de pelegos e reformistas em boicotá-la no momento seguinte.

A greve geral apoiada na radicalização do sentimento democrático da massa é objetivamente possível. Resta dar os passos necessários para prepará-la e organizá-la.

5. O centro da campanha não pode estar no Parlamento (terreno onde têm espaço Tancredo Neves e os que querem achar uma saída negociada), mas sim nas ruas, nas fábricas, nos escritórios nas escolas.

Isto não significa, contudo, que devemos abandonar a luta no Congresso. De modo algum. Ter outra emenda tramitando pelas diretas-já é necessário e uma forma tanto de fustigar o regime quanto de manter acesa a campanha das diretas, de fechar o espaço para os que querem considerar que as diretas já foram derrotadas.

Mas, certamente, a melhor maneira de continuar encaminhando as diretas-já no Parlamento não é subemendar a emenda Figueiredo, que de qualquer forma é uma proposta do governo. Há outras emendas tramitando e outras possibilidades a serem utilizadas.

A luta contra a ditadura chega a momentos decisivos. Continuemos a luta com redobrado entusiasmo.

Cinco milhões foram às ruas

Um novo patamar do movimento de massas

O significado e o balanço do maior movimento de massas da história do país.

Em menos de quatro meses, cerca de cinco milhões de brasileiros foram às ruas exigir o fim da ditadura militar e a convocação de eleições diretas para presidente da República. Uma campanha de porte tão grande que já tem seu lugar na história: se alguns a compararam à campanha que levou à abolição do estatuto da escravidão negra no século XIX, a maioria dos historiadores não hesita em classificá-la como a maior campanha de massas da história do país.

A campanha pelas diretas teve nestes meses um caráter marcadamente explosivo. Ninguém, nem as lideranças mais combativas do movimento operário, nem as oposições burguesas e muito menos a própria ditadura esperavam que ela alcançasse tal amplitude.

Esse caráter explosivo, inesperado e com alto grau de espontaneidade caracteriza uma **mudança de qualidade** do movimento. O processo de lenta acumulação de forças do movimento de massas que se verifica desde 1974 e que ganhou um notável impulso com as greves do período 78-80 atinge agora um novo patamar.

A luta contra a ditadura passou por momentos importantes após a desarticulação geral do período Médici. Um primeiro momento foi ocupado com as grandes manifestações de rua do movimento estudantil e que culminaram na reconstrução da UNE. Um segundo com a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita que, no auge das mobilizações, reuniu em praça pública alguns milhares de pessoas. Depois, veio a eclosão do movimento operário em um ciclo grevista que atingiu centenas de milhares de trabalhadores

que, na luta por reivindicações econômicas, entraram em choque com a ditadura. O grande saldo: a constituição do PT. No último período, uma nova vaga ascendente começava do movimento operário a se formar com o ensaio de greve geral do dia 21 de julho de 1983 e a criação da CUT.

Um novo patamar

Este novo patamar do movimento é caracterizado, em primeiro lugar, pelo fato de que estamos agora na ofensiva, criando os fatos que dominam o cenário político do país. Com a chegada da violenta recessão que atingiu o capitalismo brasileiro, as lutas do movimento operário ganharam um caráter marcadamente defensivo, em reação às medidas de arrocho e de desemprego. O ano de 1983, por exemplo, foi marcado pelas mobilizações contra os vários decretos leis de arrocho que o governo queria aprovar, embora a greve do dia 21 de julho já significasse um questionamento mais global à política econômica. Agora, é o movimento de massas quem assume a ofensiva da luta, atacando e desestabilizando o poder da ditadura militar.

Uma segunda característica do movimento e, talvez a mais importante, está no fato de que ele tem em seu centro uma reivindicação fundamentalmente política. O movimento supera as reivindicações econômicas e corporativas, politizando-se. Enormes massas já expressam a consciência de que a vida não vai mudar sem o fim da ditadura militar.

Uma terceira característica está na superação da atomização e regionalização do movimento que tem um caráter nitidamente

nacional. Isto é também fundamental já que a ditadura várias vezes tem procurado utilizar os desníveis de organização do movimento para golpear os seus setores mais avançados. E estabelece um canal através do qual as regiões mais mobilizadas polarizam e estimulam a mobilização dos estados mais atrasados. É significativo que o grande ponto de partida para o movimento tenha se dado em São Paulo, no comício da Praça da Sé em janeiro e que, por exemplo, o comício goiano realizado logo após o do Rio de Janeiro tenha mobilizado cerca de 200 mil pessoas.

A disputa da direção

No dia da votação da emenda Dante de Oliveira, o posicionamento favorável às diretas já era suficientemente amplo para abarcar todos os partidos da oposição (PT, PMDB, PDI e os setores majoritários do PTB), além de dezenas de deputados e inúmeros senadores do PDS; uma ampla frente de entidades que ia desde as de tradição mais liberal passando pela CUT e pela Conclat, todas as correntes de esquerda, desde as diversas vertentes do stalinismo até aquelas hoje integradas ao PT.

O caráter marcadamente pluriclassista do movimento pró-diretas e que explica em grande parte a sua amplitude tem a sua razão de ser pelo fato de ser o ponto de encontro de duas vertentes de classe distintas: de um lado, as diversas frações da burguesia que acreditam que a melhor maneira de se alcançar a estabilidade política e criar condições para a retomada do crescimento do capitalismo brasileiro seja a realização de eleições diretas; as diversas correntes do movimento operário e

popular que vêm na convocação de eleições diretas e no fim da ditadura o início de um período de grandes transformações.

Assim, é natural que o movimento tenha sido marcado todo o tempo pela tensão entre os setores burgueses interessados em conter a mobilização e os setores mais combativos do movimento operário mais interessados em radicalizá-lo e ampliá-lo. É explicável por isso o fato de que tenham ganhado proeminência nos comícios as presenças apartidárias como os artistas e figuras do meio esportivo.

Podemos afirmar que o desnível de forças das oposições burguesas, no comando de governos estaduais e de bancadas majoritárias no Parlamento, frente às correntes do movimento operário, inclusive o PT, deram principalmente ao PMDB e ao PDI uma presença de destaque na direção do movimento. Na medida, entretanto, que este ganhava força e se ampliava esse predomínio das oposições burguesas encontrava cada vez menos ressonância, expressão nas multidões que se arrastavam aos comícios. E, no palanque, nos principais comícios, a figura de Lula galvanizava com muito mais nitidez e força o sentimento das massas.

Assim, seria incorreto afirmar que há uma hegemonia burguesa clara e sólida nesta campanha pelas diretas. Há antes uma disputa que já teve os seus momentos decisivos: pressão para a realização do grande ato do dia 10 de abril no Rio (com o momento culminante na passeata dos 200 mil comandada por Lula) e na pressão para a realização do passeata comício-monstro do dia 16 de abril em São Paulo que contou até na véspera de sua realização com o boicote do governo.

As três fases da campanha



Praça Charles Muller: o PT puxa a campanha para as ruas

O primeiro momento da campanha é marcado pela iniciativa do PT que propõe e organiza praticamente com suas próprias forças um comício pelas diretas e de denúncias às ameaças de invasão da Nicarágua. Realizado na praça Charles Muller e com a presença dos vários partidos de oposição, da CUT e da Conclat, o ato reúne 15 mil pessoas. Os governadores de oposição em palácio para lançar um manifesto pelas eleições diretas, não compareceu à manifestação.

O ato da praça Charles Muller, apesar da participação reduzida se confrontado com os comícios que se seguiriam, constitui um marco importante: é o início da mobilização popular pelas diretas e exerce uma pressão que importante para empurrar os partidos da oposição burguesa a se engajarem na campanha de massas.

Praça da Sé: as oposições burguesas jogam seu peso na campanha

Foi a partir do discurso de fim de ano de Figueiredo, quando ele ratifica a decisão da ditadura em passar a sucessão, pelo Colégio Eleitoral, que os partidos da oposição burguesa se engajam na mobilização de massas para conquistar as diretas. O PMDB, principalmente, joga o peso da máquina dos governos estaduais que dirige na campanha. Em Curitiba são 60 mil nas ruas, no maior ato público da história da cidade.

Mas o marco seria mesmo o grande comício da praça da Sé que estoura a marca dos 300 mil, ultrapassando as previsões mais otimistas. O comício da Sé furaria o bloqueio dos canais de comunicação que procuram desconhecer a campanha e a atitude do governo que busca minimizá-la. E, mostrando o potencial da campanha, estimularia a massificação dos comícios em todo o país. Na Sé, os representantes do PDS e do PTB não conseguem falar, soterrados pelas vaias e Montoro, só consegue furar o bloqueio com uma intervenção de Lula.

Depois da Sé, o cordão das diretas caminha para o nordeste do país, realizando atos de grande massividade nas principais capitais da região. Em seguida, será a vez do norte do país. Em 16 de fevereiro, por exemplo, 80 mil pessoas vão às ruas em Belém.

O encerramento dessa segunda fase da campanha em que o PMDB, através dos governos de oposição, davam naturalmente a tônica encerra-se com o grande comício de Minas a 24 de fevereiro com 300 mil pessoas. Repetindo a Sé, Lula aparece com destaque na manifestação. O ato de Minas, igualando o da Sé em número, manteria o pique da campanha, cobrando do Rio e de São Paulo atos maiores.

Vale do Anhangabaú: 1,5 milhões apesar do governo Montoro

Depois do ato de Minas, sob o impacto combinado da ascensão da candidatura de Aureliano nos meios burgueses, da massividade das mobilizações e da presença incômoda do PT,



as oposições burguesas começam a refluir de sua posição inicial de impulsionar as mobilizações. Sob o argumento de que já tinha sido feito suficiente pressão sobre o Congresso, tentam desviar o eixo da luta das ruas para os conchavos no Congresso com o PDS.

Três episódios mais importantes marcam esta fase da campanha, que precede a votação da emenda Dante de Oliveira.

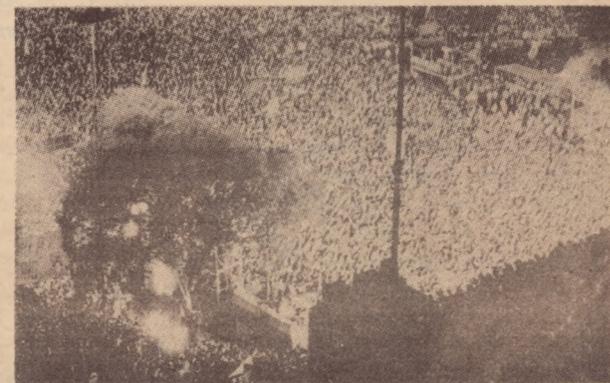
O primeiro deles envolve a realização de um novo ato em São Paulo. A ascensão de Roberto Gusmão, ex-presidente do PP paulista no cargo de super-secretário de governo marca o recuo do PMDB para posições claramente contrárias ao prosseguimento das mobilizações. O representante do governo paulista chega a abandonar a executiva do Comitê

Pró-diretas, após semanas de adiamento da marcação da data da nova manifestação. Montoro retira publicamente o seu apoio a realização a um novo ato mas pressionado pela bancada de deputados recua de sua posição. Assim, o ato de 1,5 milhões do dia 16, no Vale do Anhangabaú só contaria com o apoio da máquina do governo nos últimos dias que o precederam.

O segundo conflito verificou-se quando da decisão do Comitê Supra-partidário de aprovar uma paralisação cívica nacional no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. A CUT, entendendo a decisão como a de uma greve geral, propagandiza a proposta. Sob a pressão da imprensa e dos setores mais moderados da oposição, o Comitê Supra-partidário recua em sua proposta.

O terceiro conflito se daria na preparação da manifestação massiva no Rio de Janeiro. Ali Brizola, argumentando falta de divulgação suficiente, consegue adiar o comício inicialmente marcado para o dia 10 de março. Na nova data, 21 de março, "adoeceu" subitamente e manobra um novo adiamento do comício. Mas o Comitê Supra-partidário do Rio de Janeiro mantém a convocatória e sem nenhum apoio do governo carioca é realizado uma passeata, com a presença de Lula, da qual participam 200 mil pessoas. Na manifestação, Lula discursa e afirma que "quem roubou e assassinou nestes vinte anos, deverá prestar contas perante a justiça".

As últimas manifestações já no dia da votação da emenda Dante de Oliveira chocam-se com a repressão. Em São Paulo, na Sé, 30 mil pessoas a acompanharam a votação da emenda. Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba foram palco de importante manifestações. A maioria das universidades e escolas de todo o país paralisaram suas atividades. Em Brasília, os estudantes entram em choque direto com a política. E, em Minas, uma passeata estudantil é duramente reprimida pela Polícia Militar do governador Tancredo Neves. A repressão repercutiu tanto que gerou inclusive uma nota de protesto da executiva do PMDB mineiro.



Este pode ser o fim da ditadura

A potência do movimento de massas colocou em andamento um processo forte de desestabilização do regime que coloca como uma possibilidade real o fim da ditadura militar que há vinte anos domina o país.



Nas ruas, o desejo forte de enterrar a ditadura

O efeito principal deste enorme movimento de massas que tomou conta do país nestes últimos meses foi o de quebrar e isolar o projeto continuista da ditadura. A crise da ditadura que vinha se arrastando há anos ganhou novo e fundamental impulso, tomando já a forma de um impasse constitucional.

O Colégio Eleitoral, instituição construída pela ditadura na exata maneira para permitir a ela controlar a eleição do sucessor de Figueiredo, está hoje profundamente desmoralizado perante a esmagadora maioria do país. As candidaturas de Maluf e Andreazza que tinham a sua força nos votos dos delegados deste Colégio estão hoje, em consequência, desgastadas e isoladas. Podemos afirmar que qualquer candidato eleito por este Colégio Eleitoral dificilmente conseguirá a credibilidade mínima para governar o país.

Como resultado desta campanha, a equipe dirigente da ditadura viu aumentar a divisão nas suas fileiras. Estas divisões não são recentes: durante todo o ano passado, o que se viu foi a contestação no interior do PDS da coordenação de Figueiredo para a escolha de seu sucessor. Mas, agora, estas divisões se politizaram, tendo como referência o movimento pró-diretas: é significativo que 55 deputados do PDS votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, apesar de todas as pressões do governo.

Com o movimento de massas, com o aprofundamento da divisão em suas fileiras, a ditadura viu diminuir enormemente a sua capacidade de iniciativa, a sua margem de manobra.

Duas possibilidades

Se é verdade que o projeto continuista da ditadura está profundamente desgastado, é incorreto afirmar que a ditadura já é um defunto mal cheiroso e que agora só resta enterrá-lo. Ela está presente, reprime e articula, buscando jogar o seu peso no processo da sucessão.

Hoje, há duas possibilidades colocadas na mesa com mais força. Em primeiro lugar, a possibilidade de negociação entre o governo e as oposições burguesas em torno de uma sucessão controlada e um governo de "união nacional". Não seriam realizadas eleições diretas imediatamente mas se formaria um governo de transição e um cronograma de institucionalização, precedendo a realização de eleições diretas. Esta seria, sem dúvida, uma importante derrota para o movimento de massas e para os trabalhadores.

A segunda possibilidade é a de uma ruptura institucional, isto é, uma ruptura com o projeto de uma transição lenta, gradual e segura dirigido pela ditadura. A realização de eleições diretas já abriria enormes possibilidades de politização e avanços para os trabalhadores em um momento em que a burguesia ainda não encontrou uma maior unidade e não tem

um controle sobre a dinâmica deste processo.

Mesmo bastante favorável aos trabalhadores, essa segunda possibilidade não poderia ser confundida com uma crise revolucionária ou algo semelhante. O nível de organização e consciência dos trabalhadores ainda é, em geral, pouco desenvolvido apesar dos enormes avanços nos últimos anos, a presença das direções liberal-burguesas no movimento é, e vai ainda por um grande período forte.

Boatos de golpe

Durante os dias da votação da emenda Dante de Oliveira e com a decretação das medidas de emergência em Brasília e nas cidades vizinhas, o país foi inundado por boatos sobre a decretação de um estado de sítio ou de um golpe militar. Como devemos encarar hoje esta possibilidade?

De um lado, é certo que o aparelho de repressão da ditadura está mantido no fundamental e é provável que se o movimento de massas pelas diretas crescer e se radicalizar a ditadura usará contra ele a força repressiva que ainda dispõe.

Devemos diferenciar estas medidas, no entanto, que tem um sentido pontual e de contenção do movimento de um golpe institucional. É possível, no entanto, que a ditadura, isolada e desesperada frente à contestação geral, lance mão do expediente de um golpe militar.

Mas um golpe militar hoje teria uma enorme dificuldade para ser acionado. As forças armadas, hoje divididas em relação às candidaturas para a sucessão de Figueiredo, dificilmente teriam uma unidade para sustentá-lo. É interessante assinalar que os ministros da Aeronáutica e da Marinha, de forma evasiva mas significativamente, manifestaram ignorar os motivos que teriam levado à decretação das medidas de emergência e que estas foram condenadas explicitamente por alguns governadores do PDS.

Mas ainda, presumindo a possibilidade de que um golpe militar seja acionado militarmente é bastante improvável que ele se sustente politicamente. Ele teria que enfrentar um movimento de massas desperto sem contar com apoios maiores nas próprias forças da burguesia. E muito provavelmente não conseguiria se estabilizar.

O fim da ditadura

De qualquer maneira, é correto dizer que está em andamento um processo forte de desestabilização do regime para o movimento que coloca como tarefa, como possibilidade real o fim da ditadura militar que há vinte anos domina o país.

O resultado deste processo, não está de forma alguma assegurado. Depende de forma vital da capacidade dos setores mais combativos do PT, do movimento sindical manterem, aprofundarem a ofensiva do movimento de massas.

O recuo e o ridículo

A emenda de Figueiredo e a decretação das medidas de emergência mostraram-se incapazes de retirar a ditadura da situação de defensiva em que se encontra.

Com a decretação das medidas de emergência em Brasília e nas cidades vizinhas a divulgação das propostas de emenda constitucional de Figueiredo, a ditadura procura retomar a iniciativa do processo político. O exame destes passos mostra, no entanto, que eles revelam muito mais as debilidades da ditadura do que a sua capacidade de criar fatos políticos capazes de retirá-la da situação defensiva em que se encontra.

Na mensagem pronunciada em rádio e TV, justificando o envio das propostas de emenda constitucional, Figueiredo engoliu em seco o que dissera há três meses atrás, classificando a campanha pela diretas de "perturbadora da ordem pública". Agora, diz ele, "se o povo quer manifestar politicamente a sua vontade, o governo e os partidos políticos não podem ignorá-la. Confor-

me a vontade popular, é preciso mudar a Constituição".

Na verdade, porém, a proposta nega a vontade popular que se manifestou com toda a força nas ruas. O pacote diversionista de 38 itens, que trata das eleições diretas à condição dos índios passando pela liberação de mordomias no Congresso e propõe ao invés de diretas já a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos e a realização de eleições apenas em 1988.

O governo recuou na linguagem e em suas propostas. O eixo principal da proposta de Figueiredo — a redução do mandato para seis anos e as diretas para o sucessor de seu sucessor — é exatamente igual ao proposto por Aureliano quando do lançamento de sua candidatura dissidente ao Colégio Eleitoral no dia 3 de fevereiro de 1984. Entre a mensagem de Aureliano e a de Figueiredo apenas pouco mais de dois

meses. O tempo político porém é outro com o movimento de massas.

Além de observar o recuo do governo, é preciso dizer que a emenda Figueiredo não cria condições para atrair as oposições burguesas para uma negociação. Assim, ela situa-se a meio caminho, em uma posição dúbia que dificilmente se sustentará.

Newton Cruz como Galtieri

A decretação das medidas de emergência tinha o propósito imediato de intimidar e pressionar os deputados do PDS a votarem contra a emenda Dante de Oliveira e fazer recuar a mobilização pela diretas.

O festival de violências que Brasília presenciou com toda a parafernália de intimidação de exibição despropositada de força, com a prisão de dois deputa-

dos, repórteres e de vereadores, com a censura completa ao rádio e a TV, com o cerco militar ao Congresso, com a invasão da sede da Federação Nacional dos Jornalistas, da Universidade de Brasília e da Câmara dos Vereadores de Goiânia sugere uma repressão descontrolada e anárquica.

Uma repressão que sendo incapaz de paralisar, de atingir mais profundamente o movimento, só faz aumentar a indignação e o isolamento político da ditadura. A figura do general Newton Cruz perseguindo com um cassete os motoristas de carros que insistiam em tocar as suas buzinas em meio às medidas de emergência faz lembrar a do general argentino que comandou a desastrosa operação da ocupação da ilha das Malvinas. Os dois, patéticos representantes de duas ditaduras em crise.

A imprensa burguesa e as diretas

Os compromissos democráticos da imprensa burguesa, eleita por alguns como "a heroína na campanha das diretas", não resiste a uma avaliação minimamente rigorosa.

Há quem considerou a imprensa como a "heroína" da campanha pelas eleições diretas. Este juízo foi, por exemplo, expresso pela revista *Senhor*.

Na verdade, a imprensa burguesa esteve e está longe de cumprir este papel na luta pelas diretas. É só lembrar, por exemplo, que no primeiro momento da campanha houve um verdadeiro boicote dos principais meios de comunicação sobre os comícios que reuniram já dezenas de milhares de pessoas.

É inegável, no entanto, que a partir de um certo momento o noticiário dos jornais de maior tiragem do país alcançou um engajamento de muito distante do colorido pretensamente "neutro" e "imparcial" de costume. Atingindo diariamente centenas de milhares nos casos dos jornais ou milhões nos casos das redes de televisão, cada órgão de imprensa tomou o estilo de um verdadeiro "partido político", conclamando, dando opiniões em editoriais virulentos e criando fatos políticos.

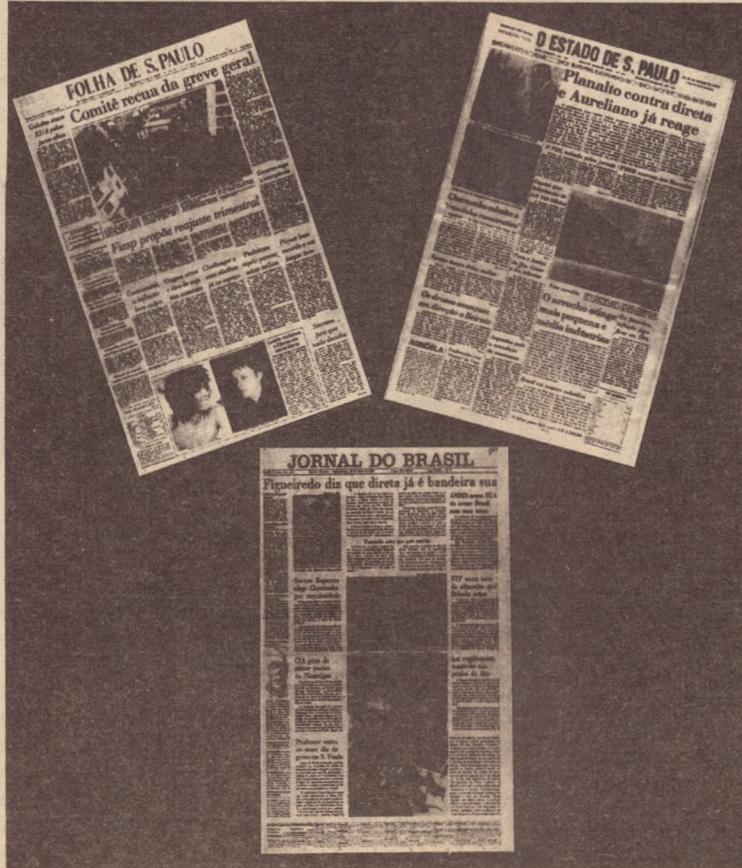
Ante a inorganicidade dos partidos burgueses de oposição e ante a completa desmoralização e fragmentação do PDS, a imprensa burguesa passou a constituir-se em uma "patrulha" vigilante dos "excessos" que poderiam ocorrer sob o impulso da mobilização popular. Por outro lado, dedicou-se a promover e dar cobertura às candidaturas de presidenciáveis (Aureliano, Tancredo, Ulisses, Brizola etc) confiáveis para a burguesia, convertendo as manifestações de massas pelas diretas em um período pré-eleitoral para os candidatos burgueses.

A Folha de São Paulo: na trilha de Ulisses

A Folha de São Paulo teve o mérito de ser o primeiro veículo de massas da imprensa burguesa a assumir um papel sistemático e permanente na divulgação e estímulo a mobilização pró-diretas. Ao assumir esta postura, não apenas teve que guardar um distanciamento mais crítico e contundente da ditadura. Começou a praticar um deslocamento visível em relação a figuras cujas atitudes contribuíam para colocar impecilhos à campanha: Aureliano Chaves foi seguidamente chamado às falas para romper a ambiguidade de sua linguagem pró-diretas e pró-Colégio Eleitoral; Tancredo Neves, em sua moderação, sofre nas linhas e entrelinhas da edição uma permanente hostilidade; Montoro, no momento em que ameaçou abandonar o barco das mobilizações, recebeu severos puxões de orelhas.

Convicta que a estabilidade burguesa só virá com as eleições, a Folha impulsiona os representantes da burguesia a ocuparem a vanguarda do movimento e não deixarem espaços vazios para florescer o radicalismo. E o grande herói da Folha, dono de seguidos manchetes nobres de primeira página, é o senhor Ulisses Guimarães.

Tanta disponibilidade é de se desconfiar. No momento em que o Comitê Supra-partidário aprovou a proposta de uma paralisação cívica no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, a Folha abriu o filé de suas páginas para bombardear a idéia, com as manchetes dos dias 5, 6



e 7 de abril. A Folha do dia 6, por exemplo, estampava em manchete: "sociedade civil critica proposta de greve". Curiosamente entre os representantes da sociedade civil nenhum líder sindical de renome foi entrevistado.

A secundarização do PT, sempre presente, às vezes assumiu um tom que resvalava para o pior jornalismo: abrindo retrancas para os principais oradores do grande ato do dia 10 de abril no Rio, a Folha ignorou Lula. No interior de uma pequena matéria escondida, o leitor poderia tomar conhecimento de que o presidente do PT havia feito o discurso mais aplaudido do comício.

Rede Globo: na boca do povo

A Rede Globo, o grande império que floresceu à sombra destes vinte anos de ditadura, foi, junto com Maluf, Figueiredo, Aureliano e o FMI, o grande vilão desta campanha. Símbolo do boicote noticioso à campanha, ganhou um refrão na maior manifestação, a do Anhangabaú: "o povo não é bobo, fora Rede Globo".

Envolvida em um curto prazo de tempo no escândalo do Pró-Consult, a fraude montada para evitar a vitória eleitoral de Brizola no Rio, desgastada com a não cobertura do grande desfile das escolas de samba cariocas, a empresa de Roberto Marinho ganhou um nível de credibilidade bastante negativo em relação a outras publicações da imprensa em uma ampla pesquisa realizada pelo Instituto Gallup.

Assim, até mesmo para preservar a saúde da empresa, a Rede Globo se abriu para uma postura menos acintosa quando a campanha começou a pegar fogo. Os últimos oradores do grande comício carioca, por exemplo, tiveram os canais de televisão em horário nobre abertos aos seus discursos por ordem expressa do chefe da empresa. A Rede Globo encara os novos tempos realisticamente embarcando na candidatura de Aureliano.

O Estado de São Paulo: um liberal de pernas curtas

Antes de publicar o elogiado editorial de última hora "Contra as emergências, diretas já", o Estado desconheceu, tergiversou e negaceou sobre a reivindicação que galvanizava já milhares e milhares de brasileiros nas ruas. No jornal do dia 18 de fevereiro (já após o comício da Sé), por exemplo, o jornal publicava o editorial sob o título "Colégio Eleitoral e democracia" que reivindicava dos membros do Colégio, como "representantes (sic) do povo", a lisura na escolha do sucessor de Figueiredo. O Estadão acompanhava os passos "éticos" de Aureliano.

Com o crescendo da campanha, o jornal dos Mesquita acompanha o coro a esta altura incontornável. Mas não se cansa de ralhar sobre a participação das esquerdas nos comícios e puxar as orelhas de Ulisses, que teria se convertido em um joguete a serviço do radicalismo de Lula.

Jornal do Brasil: ainda cora Figueiredo

Triste figura vem fazendo o Jornal do Brasil, convertido à posição de mais realista do que o rei. Estamos em abril, mais precisamente no dia 12, (dois dias, portanto, após o comício que levou um milhão às ruas do Rio) e o editorial do JB argumenta: "Do modo como estão agindo as oposições, sideradas pela ilusão de ótica dos comícios, o contorno de um grave impasse institucional se sobrepõe à retórica. Com instrumentos institucionais carentes de autenticidade e legitimidade, uma eleição direta se apresenta como crise já. Se entre o futuro e o passado não for estabelecido um novo nível de confiança, como garantia institucional, tudo será precário. O enraizamento democrático, na expressão do próprio presidente Figueiredo, só se fará em termos institucionais que pressupõem acordo e compromisso antes da disputa eleitoral".

Com tanta sinceridade, o Jornal do Brasil seguramente ganhará o caneco da "imprensa heroína pelas diretas".

A burguesia procura outro barco

O grande patronato segue o cortejo pelas diretas, coxeando, na retaguarda, interessado antes de tudo em uma saída mais adequada para a manutenção de seus privilégios.



A prova mais contundente da perda de apoio político da ditadura a nos meios empresariais está na recente pesquisa promovida pela revista *Exame*. De acordo com esta pesquisa, o candidato predileto do governo, Mário Andreazza, foi contemplado com a irrisória porcentagem de 0,90% das preferências do empresariado: apenas 8,4% dos empresários apoiam as candidaturas de Maluf e Andreazza, os dois candidatos que sustentam claramente a legitimidade do colégio eleitoral.

A grande massa dos entrevistados encaminhou o seu apoio a figuras que representam uma solução confiável aos olhos da burguesia para um "governo de transição". Entre os mais votados estavam Aureliano com 30,6% e Hélio Beltrão (que posteriormente daria apoio público à candidatura Aureliano) com 19,5%.

Esta pesquisa expressa um fato importante e de enorme repercussão para o futuro da ditadura.

Essa perda de apoio político da ditadura no meio empresarial não é recente mas se aprofundou decisivamente no último período. O primeiro grande momento de um deslocamento importante de apoio político se deu com a criação do chamado Partido Popular (PP), que contava com a liderança de Olavo Setúbal, Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Uma pesquisa realizada pela mesma revista *Exame* em julho de 1980 mostrava o seguinte resultado: PP-41,9% dos votos; PDS-28,4%; PMDB-15,4%; outros 14,3%. Enfim, um setor majoritário e importante do empresariado dava o seu aval a um partido burguês moderado, alternativo ao PDS.

Deslocamentos interessantes

Com a incorporação do PP ao PMDB, observou-se um deslocamento interessante. O PDS, em uma pesquisa realizada em agosto de 1982, volta a figurar como partido majoritário, obtendo 41,6% dos votos do empresariado; o PMDB praticamente manteve a mesma percen-

tagem, isto é, 15,6% dos votos; 37,5% dos empresários se declararam indecisos ou votaram em branco, mostrando a sua insatisfação com as opções partidárias existentes. Uma entrevista do empresário Abílio Diniz simpático ao ex-PP e em agosto de 1982 optante pelo PDS, explicava o sentido desta mudança: "na ausência do PP, é natural que a opção seja pelo PDS que oferece maior segurança. O PDS é o único partido que garante a manutenção do regime. Sou a favor de alternância de partidos e pessoas no poder, mas não de regime".

Nas eleições de 1982, o empresariado se dividiria, assim, entre o PDS e PMDB mas endereçando majoritariamente o seu voto ao primeiro. Mas é importante assinalar que em Minas 44% dos votos dos empresários eram dirigidos a Tancredo Neves (PMDB) e 40% a Eliseu Resende (PDS); e que, em São Paulo, uma fração importante do empresariado manifestou a sua opção por Montoro.

Com o crescimento da campanha das diretas e o aprofundamento da crise da ditadura, um novo deslocamento se produziria, então, com a burguesia se encaminhando em peso para as candidaturas dissidentes do PDS.

Fora dos palanques

Da mesma forma que é importante constatar esse desgaste da ditadura nos meios empresariais, não se pode superestimar as suas consequências. O empresariado segue a rejeição hoje generalizada ao colégio Eleitoral mas não subiu aos palanques para defender as eleições diretas já. Manifesta o seu distanciamento de figuras fisiológicas do regime como Maluf e Andreazza, mas procura insistentemente um candidato "confiável".

Enfim, anti-democrático por natureza, procura se adaptar aos novos tempos: segue coxeando o grande cortejo pelas diretas, na retaguarda, interessada antes de tudo em buscar saída mais adequada à manutenção dos seus privilégios, construídos nestes vinte anos de ditadura.

Lula e Weffort falam das diretas:

Retomar as mobilizações num patamar superior

Reunida no dia 1.º de Maio a Executiva Nacional do PT fez um primeiro balanço da situação política do país após a votação da emenda Dante de Oliveira e, ao mesmo tempo, iniciou a discussão das propostas que serão levadas no próximo fim de semana para deliberação no Diretório Nacional do partido. EM TEMPO conversou com Lula e Francisco Weffort sobre estes temas e apresenta aqui uma síntese de suas opiniões.

Por Flávio Andrade

— ET: Lula, como você vê a situação agora depois da Dante de Oliveira?

— Lula: Veja, nós estamos vivendo sem dúvida a maior mobilização de massas da história do país na qual, eu acredito, o povo está demonstrando que não basta mais lutar por salário, por melhorias no bairro, por suas reivindicações específicas, separando tudo isso da questão política. O povo está vendo que sem mudar este regime as demais coisas não vão ser conseguidas, e é por isso que ele se lançou efetivamente na luta política.

Ora, a campanha das diretas é nada mais nada menos que a demonstração desta consciência por milhões de brasileiros. É um dado irreversível daqui pra diante. E a emenda Dante foi apenas um episódio nesta luta que agora deve ser retomada num patamar superior. Temos que ver quais formas de luta são as mais adequadas para que possamos retomar as mobilizações o quanto antes.

— Weffort: Acreditamos que é possível avançar na mobilização, apesar inclusive de alguns setores da oposição estarem falando que agora a questão está transferida apenas para o Congresso. Não concordamos; os milhões que foram às ruas são o maior cacife do povo e tudo depende de conseguirmos aumentar ainda mais nossa força. Mas, se é possível avançar, isso não será apenas com a repetição do que aconteceu até agora. É preciso inovar nas formas de luta popular em torno das diretas, combinando a ação de massas nas ruas com a ação parlamentar no Congresso. As propostas de jornadas de luta com paralisação parecem que vão neste sentido e é aí onde aparece a greve geral como um rumo mais elevado de mobilização.

— ET: Na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira a questão da greve entrou, passou no Comitê Supra-

Lula: Eu acho que a CUT e a Conclat não têm que subordinar a questão da greve geral às decisões do Comitê Supra-Partidário.

Partidário numa versão abrandada, criou uma polémica e depois foi retirada de cena. Como vocês explicam?

— Lula: O negócio é o seguinte: o Supra-Partidário definiu como paralisação nacional das atividades; o Jair e o Joaquim entenderam, corretamente, que isso quer dizer greve geral; outros chamavam de parada cívica. Não importa. O fato é que logo em seguida vários setores da oposição e da imprensa caíram de pau. E aí alguns companheiros acharam que era preciso avaliar e aprofundar melhor a questão da greve. Eu acho que a CUT agiu corretamente, pois do contrário teria ficado sozinha, isolada na proposta, na medida em que o Supra-Partidário deixou de assumir a questão. Mas veja bem: um dos argumentos do Comitê é



O grande comício do dia 10 de abril no Rio: as massas na rua

que a greve poderia dar pretexto para as emergências por parte do governo; ora, o que vimos é que de qualquer modo o governo decreta as medidas de emergência, por uma simples passeata das mulheres em Brasília. A partir destes acontecimentos eu acho que a greve volta agora na ordem do dia. O próprio Comitê já percebeu que foi um erro ter recuado da proposta de paralisação.

— ET: Mas você avalia que hoje há condições internas no movimento sindical para a paralisação?

— Lula: Só completando o que eu falava: eu acho que a CUT e a Conclat não têm que se subordinar ao Comitê Supra-Partidário nas suas decisões sobre como encaminhar a luta, particularmente na questão da greve geral. Eu acho que a decisão é do próprio movimento sindical, só que ele deve levar em conta a disposição do conjunto das oposições frente à proposta e a maneira de encaminhá-la.

A partir daí o que eu vejo é que as dúvidas que porventura existiam quanto à paralisação já começam a ser superadas agora, na discussão de base nos termos

assim que os trabalhadores se manifestam quando os governos tomam medidas que vão contra os nossos interesses. Ora, aqui no Brasil, chega, basta de aguentar tanta bandalheira, tanta repressão. É isso que o movimento sindical está entendendo, e os atos deste 1.º de Maio estão aí a demonstrar que a classe entendeu que a política entrou de vez no primeiro plano das suas preocupações e necessidades. É por isso que eu acredito que, apesar das debilidades que o movimento ainda enfrenta, o clima geral do país, as novas mobilizações e jornadas que vamos ter pela frente, criam uma situação cada vez mais favorável para que a classe trabalhadora supere estes entraves e comece efetivamente a entrar na política com toda a sua força.

— ET: E a negociação, que parece ter entrado na ordem do dia, pelo menos no noticiário?

— Lula: Eu acho que não. Qual negociação? A fala do Figueiredo na televisão foi muito clara; o que ele quer é que as oposições aceitem sua proposta de emenda que mantém as regras do jogo e

Lula: Figueiredo foi muito claro na sua fala no sentido de que não tem nada a negociar. Basta ver as emergências, a verdadeira mão estendida.

apenas promete diretas para ninguém tem certeza quando. Ora, isso é puro blá, blá, blá. Figueiredo foi muito claro que não tem nada a negociar com ninguém. Quer impor na força a sua continuidade, e as medidas de emergência estão aí para quem quiser ver a mão estendida do presidente.

— Weffort: Nós discutimos a questão na reunião de hoje da Executiva, preparando a discussão que será levada no fim de semana ao Diretório Nacional do partido. E ficou claro: não aceitamos falar em negociação, pelo menos enquanto não se votar novamente a sub-emenda ou outra alternativa formulando a proposta das diretas já. É difícil avaliar os desdobramentos próximos da luta, as chances de aprovação ou rejeição; não chegamos ainda a nenhuma avaliação precisa sobre isso. Mas de qualquer forma entendemos que no momento falar em negociação é entrar na defensiva quando o que o que precisamos é retomar a ofensiva nas mobilizações.

— Lula: É importante o quanto antes retomar as mobilizações. Elas são a única forma de se evitar acordos escusos onde interesses menores de grupos ou pessoas se sobrepõem a interesses de milhões de brasileiros. E é importante que fique claro que não apenas o PT, mas qualquer um que hoje falar em negociação está pondo o carro na frente dos bois. É não apenas uma ilusão como uma enorme ingenuidade de querer chegar perto do governo para negociar quando até mesmo o próprio governo já se encarregou, através de

Figueiredo, de dizer a público que não tem nada para ser negociado a não ser sua própria continuidade.

— ET: Mas Brizola já está aí lançando suas propostas...

— Lula: Veja, eu não levaria isso tão a sério. Basta ver que o próprio Brizola não queria mais mobilizações, antes da Dante de Oliveira, depois da passeata e do comício que aconteceram no Rio apesar de ele estar contra, acabou tendo que vir a público com a manifestação da Candelária para não se desmoralizar perante a opinião pública. Em São Paulo e em Minas foi mais ou menos o mesmo. Então eu estou tranquilo; acredito que o Supra-Partidário saberá nos próximos dias definir os novos passos da luta e que esta questão de negociação logo já estará fora do tempo.

— ET: O que vocês acham desta proposta lançada pelo senador Fernando Henrique Cardoso de criação de um Conselho Nacional?

— Weffort: A proposta ainda não está de todo clara, mas há uma opinião predominante nos setores mais combativos da oposição de que se trata de uma proposta negativa, pois visaria na verdade a diluição do Comitê Supra-Partidário num coletivo enorme de várias entidades e personalidades. Dizem que cerca de 200 associações... O negócio é que o PMDB, os setores ligados mais diretamente ao lançado, pressionavam pela retirada do PMDB do Comitê, como forma de ganharem maior liberdade de movimentos para a negociação. Ulisses insistiu e ficou contra. Aí vem agora esta proposta do Conselho que visa no fundo o mesmo objetivo. Mas eu acredito que

Weffort: Devemos considerar a hipótese da proposta de um plebiscito como uma das formas de recolocar as diretas já como emenda constitucional.

esta proposta não terá curso nas oposições.

Outro ponto importante de nossa discussão preliminar na Executiva foi exatamente este: que junto com a continuidade da luta e os novos métodos de ação, ganha importância fundamental hoje a continuidade e o reforço do Supra-Partidário como instância maior de coordenação das oposições na mobilização pelas diretas já.

— ET: E a proposta de uma jornada nacional de luta para o dia 13 de maio, o que lhes parece?

— Lula: Eu não sei, pode ser; depende do Comitê avaliar: não sei se já não está muito em cima. O que eu acho é que temos tempo pela frente e que há várias datas, dependendo apenas do Comitê, ou melhor dos vários comitês estaduais e do nacional, avaliarem qual é a melhor oportunidade. O que eu insisto é que a decisão quanto aos encaminhamentos devem ficar é a cargo dos comitês. Eles



Dia 25 de abril: o cerco ao Congresso

são a forma mais adequada de condução da luta.

Eu acho que há muitas coisas a serem melhor definidas e que teremos que enfrentar agora nestes dias; iniciamos uma discussão na Executiva do partido que ainda irá ao Diretório Nacional e que depois levaremos à consideração dos demais partidos e entidades na Supra-Partidária.

Por exemplo, a questão de um plebiscito. Eu não sei ao certo os aspectos formais e jurídicos da coisa, mas parece

Lula: Agora, na reunião do Diretório Nacional, teremos que recolocar em discussão o problema da Constituinte; o PT precisa se definir.

que se pode apresentar propostas não apenas de sub-emendas à emenda do governo colocando a questão das diretas já, mas também é possível colocar o próprio povo decida diretamente sobre as próprias diretas (quando?) através de um

mento do partido frente a esta questão. Veja, o que estamos assistindo agora é nada mais nada menos uma razoável reformulação constitucional, seja a partir das diretas já, seja a partir da emenda do governo. A questão portanto está imediatamente colocada. E há ainda os que falam em Constituinte, explicitamente, para daqui a pouco. Não há como fugir portanto a esta discussão neste próximo Diretório Nacional.

— ET: E você, Lula?

— Lula: Eu acho que temos que discutir. Mas não podemos desconsiderar o fato de que existe no partido, principalmente nas suas bases, uma enorme resistência a esta bandeira. Em primeiro lugar, o que é a Constituinte? Muita gente não tem a menor idéia a respeito, e liga a coisa com arranjos da classe dominante para enganar os trabalhadores. Depois, que tipo de Constituinte queremos, e como? Eu acho é que temos que aprofundar a discussão.

— Weffort: É importante que fique bem claro que não se trata da Constituinte como algo em si mesmo. O que

Weffort: Além da Constituinte precisamos também definir um programa mínimo de uns tantos pontos que seja a resposta geral do PT à crise por que passa o país.

necessitamos (e isso discutimos hoje na Executiva como uma preliminar para o programa de televisão do dia 14) é de, ao lado da continuidade num nível superior das mobilizações, apresentarmos à população, à opinião pública e às oposições, todo um conjunto de pontos que configurem a resposta do PT aos problemas que enfrentamos nesta conjuntura atual. Qual a resposta do PT frente à crise atual? Algo como um programa mínimo que abarcando todas as questões mais importantes do momento configure nossa resposta à crise que o país vive.

— Lula: Além disso eu acho importante destacar que nós não podemos nos prender em apenas propostas políticas acertadas. De nada adianta termos as propostas se o partido não tem braços e pernas para levar a luta adiante. É preciso definir a Constituinte, e tudo mais; mas é fundamental também reorganizar o partido, orientar os militantes como tocar daqui pra frente a luta pelas diretas, como organizar os trabalhadores, como enfim capitalizar organicamente todo este potencial que esta campanha vem demonstrando e abrindo para o PT. Esta, efetivamente, é uma das questões centrais deste Diretório Nacional (ao lado da eleição da Executiva e das definições políticas). Por exemplo, muitas coisas do Regimento Interno não foram deliberadas pelo Encontro Nacional e agora o Diretório não pode deixar de resolvê-las. Pois o partido precisa se engajar mais na luta, tanto para fazer crescer a campanha como ao mesmo tempo poder crescer junto com ela.

— ET: E a Constituinte, será que desta vez, no Diretório Nacional, a coisa desata?

— Weffort: Eu sinto que cada vez torna-se mais difícil adiar um posiciona-

O que foi o encontro nacional do PT

Vários órgãos da imprensa burguesa fizeram um relato distorcido e parcial dos fatos ocorridos na convenção máxima do partido. Entre elas, semeando a versão de que as organizações de esquerda que integram o partido teriam se organizado para desafiar a influência de Lula.

A Convenção Nacional do PT, realizada em São Bernardo do Campo nos dias 6, 7 e 8 de abril, aprovou uma orientação política para o partido, o regimento interno (até agora o PT tinha os estatutos legais, mas não o regimento interno), e elegeu o novo Diretório Nacional (66 membros, sendo 49 efetivos e 17 suplentes), além de reconduzir Lula à presidência.

Foram credenciados cerca de 290 delegados. Cada estado teve o direito de enviar um delegado por mil filiados, e mais os delegados oficiais (12 em São Paulo, e dois nos outros estados). Eram delegados natos os membros da Executiva Nacional do PT e os deputados federais.

Três estados não tiveram delegados: Alagoas, por não estar legalizado o partido; Pernambuco, por não ter sido feita a pré-convenção; e Pará, por não estar em dia com a tesouraria do PT e estar com a situação irregular.

Quatro propostas políticas disputaram o apoio dos delegados: as "Teses para a atuação do PT - Por um PT de massa", apresentadas por Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, Francisco Weffort, José Dirceu (SP), Devanir (SP), entre outros; a proposta "O PT na direção da luta", apresentada por Virgílio Guimarães de Paula (MG), Raul Pont (RS), Antônio Jorge de Almeida (BA), Joaquim Soriano (RJ), Flavio Andrade e Pedro Pereira do Nascimento (SP), Ronaldo Barbosa (PB), entre outros; a proposta "Pelo fim do regime militar", apresentada por Ivan Valente e José Genoíno (SP), Paulo de Tarso Carneiro (RS), Clivaldo Nunes (RJ); e "A Ruptura Popular: o projeto político do PT", apresentada por Bruno Maranhão (PE), Edival Passos (BA), Augusto de Franco (GO) e Vitório Sorotiuk (PR).

Aplausos e constrangimento

Houve quatro defesas em plenário de cada proposta, podendo repetirem-se os oradores. Falaram Virgílio Guimarães, Antônio Jorge e Raul Pont, defendendo o programa "o PT na direção da luta"; José Genoíno e Ivan Valente, defendendo o programa "Pelo fim do regime militar"; Renato de Carvalho (BA), Augusto de Franco (GO) Mauro Goulart (PR) e Edival Passos (BA), defendendo o programa "Ruptura Popular"; Olívio Dutra, José Dirceu (SP), Luis Dulce (MG) e Lula, defendendo a proposta "Por um PT de massa".

O grande impacto foi provocado pela defesa do Lula. Falando por último, centrou sua intervenção na crítica à esquerda leninista, dizendo entre outras coisas que são "intelectuais que andam com livros de Marx e Lênin debaixo do suvaco", que "fazem planos e projetos políticos" mas não têm prática, "que até o surgimento do PT a esquerda nunca passou de grupelhos", etc. O tom foi nitidamente de ataque geral. Naturalmente, um discurso do Lula, como sempre, recebe aplausos. Mas este provocou também constrangimento entre muitos dos apoiadores da articulação encabeçada por Lula; alguns inclusive se abstiveram depois, na votação dos programas, e se retiraram desta articulação, por não concordarem com o conteúdo desta intervenção (nem com o conteúdo, análogo, da intervenção de José Dirceu).

Realizada a votação, a proposta "Por um PT de massa" obteve 158 votos; "O



Lula, reconduzido por unanimidade à presidência do PT: deve haver lugar para a esquerda que ajuda a construir o partido.

PT na direção da luta, 37 votos; "Pelo fim do regime militar", 24 votos; "Ruptura Popular", 22 votos. Houve 20 abstenções. Entre estas, um grupo de seis delegados cariocas, liderado por Vladimir Palmeira, que já chegou à convenção com a decisão de se abster; e alguns delegados que antes se inclinavam a votar na proposta majoritária.

Realinhamentos

As intervenções de José Dirceu e principalmente a de Lula tiveram como efeito imediato a junção das outras três articulações na formação de uma chapa; e se somaram também outros delegados, como Antônio Neiva (RJ) e Hélio Doyle (DF, da Executiva Nacional), que antes tendiam a participar da chapa da articulação majoritária. Entre outras questões, as três articulações e este grupo de delegados coincidiam na defesa da legitimidade da participação de marxistas e leninistas na construção do PT, na avaliação da importância do marxismo, etc. A formação desta chapa unificada já vinha sendo discutida desde o início do Encontro; inclusive, das três articulações, apenas "O PT na direção da Luta" tinha garantidos os 10% necessários para a participação no Diretório. Mas a decisão de unificar de fato só foi tomada após a intervenção do Lula.

Foram apresentadas então duas chapas para o Diretório Nacional. A primeira, encabeçada por Lula, seguido por Jacó Bittar, Francisco Weffort, Olívio Dutra, Luiz Dulce, Luiz Eduardo Greenhalg, Perseu Abramo e Apolônio de Carvalho. A segunda, encabeçada por Virgílio Guimarães, seguido por Ivan Valente, Bruno Maranhão, Antônio Neiva, Antônio Jorge Almeida, José Genoíno, Augusto Franco e Raul Pont.

Intervenção marcante

A primeira chapa foi defendida por José Dirceu, Paulo Rubens (PE) e Lula; a segunda por Mauro Goulart (PR), Ivan Valente e Virgílio Guimarães.

Também aqui a intervenção do Lula foi marcante, mas em um sentido diferente da anterior. Ele começou dizendo que tinha de "retirar alguma coisa" do que dissera antes, quando "generalizou as críticas à esquerda". Reconheceu que "no PT há organizações que estão para construir". Mas disse que "há outras que estão para pescar". Assim, se devia retirar a crítica a algumas, tinha por outro lado de fazer uma crítica ainda

mais dura a outras. Muito significativo foi que antes Mauro Goulart, se contrapondo às críticas aos militantes da esquerda comunista, tinha reivindicado e prestado uma homenagem à memória de diversos militantes que tinham dado a vida na luta, citando entre outros Mário Alves, Carlos Marighela, Carlos Lamarca, Joaquim Câmara Ferreira (todos assassinados pela ditadura). E Lula também prestou uma homenagem a estes nomes, dizendo que acreditava inclusive que se estivessem vivos estariam no PT, e mais ainda: apoiariam a chapa "Por um PT de massa". Lula disse ainda que "na outra chapa havia muita gente boa, que constrói o PT, que deveria estar em qualquer chapa".

Contra a concepção do partido monolítico

A chapa minoritária, que se chama "O PT se constrói na luta", apresentou uma justificativa de sua composição, unificando os vários setores:

"Temos, apesar de divergências, uma concordância básica no que diz respeito à visão do momento político. Diante da grave crise que o país atravessa, as diversas frações das classes dominantes encaminham suas alternativas, mais continuistas umas, mais liberais outras. Afirmamos enfaticamente que os trabalhadores e o conjunto dos setores populares não podem, de modo algum, apoiar qualquer destas propostas, sob o argumento de ser a menos ruim. Devemos, pelo contrário, lutar pela construção de uma alternativa independente, própria dos trabalhadores" (...)

"Nos unimos na defesa da construção do Partido dos Trabalhadores: como um partido de luta e de massas é capaz de assumir a frente das lutas dos trabalhadores e de todo o povo, com núcleos e diretórios que sejam reais órgãos de ação política, com uma estruturação orgânica ágil, com uma imprensa própria e atuante, com um claro plano de construção partidária à escala nacional.

"Nos unimos na defesa do Partido dos Trabalhadores integrando todos os setores que o compõem hoje. Devemos manter a convivência de companheiros que defendem diversas propostas políticas no interior do PT. O partido não deve se estreitar, mas se ampliar. Recusamos a marginalização de qualquer setor do partido, a disseminação de preconceitos ideológicos. O partido se constrói na luta, somando e integrando, e não dividindo e

marginalizando. Rejeitamos a concepção de partido monolítico".

Lula, por unanimidade

Feita a votação, a chapa "Por um PT de massa" obteve 179 votos e a chapa "O PT se constrói na luta" obteve 93 votos. Houve 6 votos em branco e 9 nulos (entre os brancos e nulos, continuaram os delegados cariocas liderados por Vladimir Palmeira). Desta forma, a chapa majoritária elegeu 32 efetivos e 11 suplentes para o Diretório Nacional, e a chapa minoritária 17 efetivos e 6 suplentes.

Lula, evidentemente, foi reconduzido por unanimidade à presidência, apesar de ter proposto ao plenário o nome de Olívio Dutra (que recusou). A novidade foi que o primeiro a lançar o seu nome no plenário foi Antônio Neiva, falando em nome da chapa minoritária, que destacou o papel fundamental do Lula sua capacidade de unificar o PT, mas registrou uma crítica ao seu discurso da véspera. Tanto Lula como Weffort (que também falou para defender Lula para presidente do PT) agradeceram a indicação feita por Neiva. Weffort chegando a dizer que tinha ficado emocionado com suas palavras, e que sua indicação mostrava a unidade do PT, apesar das divergências que tinham se manifestado na convenção.

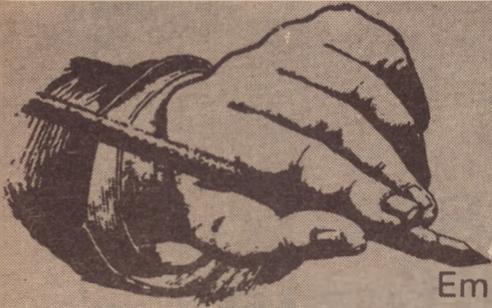
A convenção não teve tempo de examinar a maioria das emendas propostas à proposta política majoritária e ao regimento interno (só havia um projeto, elaborado pelo Diretório Nacional). Ficou para o Diretório Nacional: será ele também que, de acordo com o regimento, elegerá a nova Executiva Nacional.

Versões mentirosas

Finalmente, cabe registrar que diversos órgãos de imprensa, entre eles a **Folha de São Paulo** e a revista **Senhor**, divulgaram versões distorcidas da convenção, afirmando que havia aparecido uma contestação ao Lula dentro do PT, que na próxima convenção ele poderia perder a maioria, que tinha havido um crescimento da esquerda. Além disso, que a esquerda era liderada pelo deputado José Genoíno e pela Convergência Socialista.

Estas informações são falsas ou distorcidas. A chapa minoritária não representou nenhum desafio ao Lula; inclusive o conjunto dos seus integrantes antes da convenção defendia um chapa única para o PT; esta proposta não se viabilizou por resistência de parte dos integrantes da "articulação dos 113" de São Paulo. Não tem a menor plausibilidade a idéia de que o Lula poderá perder o apoio majoritário do PT numa próxima convenção, como ficou claro na sua eleição unânime para a presidência. Nem é verdade que "a esquerda esteja crescendo": apenas manteve o espaço que legitimamente tem desde o início da construção do PT (que aliás, no seu conjunto é de esquerda).

É verdade que o deputado José Genoíno integrou a chapa minoritária; mas os delegados mais diretamente identificados com a sua liderança eram pouco numerosos, sendo minoritários inclusive dentro da sua articulação original. "Pelo fim do regime militar". Já a Convergência Socialista só teve um membro presente à convenção, e como jornalista, não como delegado.



Um balanço, apesar de tudo, positivo

Em uma conjuntura marcada por um grande ascenso do movimento de massas e pelo aumento da influência do PT, o encontro, apesar das intervenções sectárias que dificultaram a discussão da tática do partido, teve um resultado positivo que só faz crescer o entusiasmo no trabalho de sua construção.

As "Teses Políticas" aprovadas agora pelo PT foram as mais limitadas já aprovadas em uma convenção nacional do partido. É flagrante a sua inferioridade em relação à plataforma "Trabalho, Terra e Liberdade", de 1982. Além disso, em diversos momentos houve intervenções sectárias e ataques à esquerda.

Mas não podemos concluir que a convenção marcou um recuo; pelo contrário. Apesar da limitação das "Teses", elas avançavam em aspectos importantes da construção do partido, como a questão dos núcleos de base. E o que foi colocado em termos da relação entre as diversas correntes do PT foi tão ou mais importante do que as Teses aprovadas.

Havia, antes da convenção, em particular em São Paulo, uma tentativa em curso de marginalizar setores do PT que se colocam mais à esquerda, especialmente as organizações leninistas. Esta tentativa prosseguiu na convenção, como ficou claro nas intervenções do secretário geral do PT de São Paulo, José Dirceu. Mesmo o Lula chegou a fazer eco a esta posição. Mas não foi isto o que prevaleceu.

Os setores mais à esquerda no PT se uniram, responderam aos ataques recebidos, e demonstraram ter um apoio expressivo: mais de um terço do partido. Este mais de um terço fica ainda mais significativo se vemos que em vários estados os delegados votaram majoritariamente na chapa "O PT se constrói na luta": Rio Grande do Sul, Bahia,

Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, quase metade dos delegados (no Rio, metade dos delegados votou na chapa majoritária, e a outra metade — com a exceção de algumas abstenções — na minoritária; os setores que apoiaram a chapa minoritária têm um peso decisivo na direção do PT carioca). Em Pernambuco, que não teve delegados, os setores que apoiaram a chapa "O PT se constrói na luta" são majoritários.

O que já era claro, e ficou evidente na convenção, é que os setores mais à esquerda, e mais identificados com o marxismo, são indispensáveis à construção do PT. Além disso, Lula teve a sensibilidade de recuar da sua intervenção ruim e de reconhecer que entre as organizações de esquerda há as que constroem o PT.

Entusiasmo na construção do partido

A esquerda defendeu o seu direito e a sua legitimidade no PT, mostrou uma força importante, e a convenção terminou num clima de derrota para os que tinham uma postura mais sectária e excludente. A idéia de um partido mais monolítico não prosperou.

Aliás, se a chapa "O PT se constrói na luta" foi o resultado de uma composição entre articulações que tinham propostas políticas distintas, a chapa majoritária era ainda mais heterogênea. Da sua articulação participaram os sindicalistas liderados por

Lula, militantes ligados à Igreja, intelectuais, marxistas e ex-marxistas com diversas posições. Havia setores mais à esquerda e mais à direita (como exemplo de uma posição mais à direita, temos o deputado mineiro Mares Guia, que chocou muita gente no PT com os seus elogios rasgados ao vice-presidente da República — Mares Guia não foi indicado para o Diretório Nacional, não obtendo apoio nem mesmo entre os membros mineiros da articulação, mas a integrou). Negar a convivência de distintas correntes no PT é querer acabar com o partido.

O PT sai da convenção com algumas ambiguidades nas propostas políticas aprovadas, com lacunas nas teses organizativas, e ainda tem muitos problemas nas relações internas entre as diversas correntes que o compõem. Mas houve alguns avanços nas definições de construção do partido, e foi legitimada a participação de todos os que querem construí-lo, inclusive as organizações de esquerda.

Num momento em que o apoio ao PT cresce, pela sua participação na campanha pelas eleições diretas, pela sua identificação com os setores populares num momento em que os governos liberais colaboram com uma política de arrocho e se desgastam, pela sua recusa à conciliação, a convenção mantém e aumenta o nosso entusiasmo no trabalho de construção do PT.

As teses aprovadas

Entre os pontos altos a defesa de greve geral e a proposta de boicote ao Colégio Eleitoral. Entre os negativos, uma colocação confusa sobre a estratégia da luta pelo poder e uma plataforma rebaixada em relação aquelas já aprovadas pelo partido.



Em defesa da greve geral

A linha política aprovada na convenção do PT, "Por um PT de massa", "Teses para a atuação do PT", inclui "Teses Organizativas" e "Teses Políticas".

As primeiras refletem uma grande preocupação com a construção do PT, em particular com a dinamização dos núcleos de base, com a sua formação "em cada recanto do país" — o que é sem dúvida muito positivo. Mas diversos aspectos importantes para a construção do PT são abordados de modo confuso ou são deixados de lado. Como exemplo de um tratamento confuso, temos o item "intensificar a luta popular, sem atrelar os movimentos ao partido". Destacando a idéia justa de que "os movimentos sindical e popular não podem jamais estar subordinados ao partido", o documento deixa de defender uma proposta de organização do PT para a intervenção nestes movimentos. Curiosamente, o único setor para o qual se propõe uma forma de organização da atuação do PT é o movimento estudantil. Como exemplo de tema importante para a construção do PT não tratado no texto, temos a imprensa do partido.

As "Teses Políticas" têm como ponto alto a ênfase na greve geral e à mobilização na luta pelas eleições diretas:

"Para nós, portanto, o grande desafio é romper os limites que a oposição tenta impor à campanha. Daí que a luta por diretas, para

transpor as barreiras do campo puramente institucional, deve combinar-se e desdobrar-se num plano que preveja grandes jornadas de lutas de massas contra o regime, tais como a proposta apresentada pela CUI, para a discussão nos comitês pró-diretas, de uma greve geral. Nessas jornadas, têm importância fundamental o movimento popular e sindical, suas reivindicações e suas formas de luta, como passeatas, boicotes, ocupações e sobretudo as greves".

Boicote ao Colégio Eleitoral

Também é uma definição importante que "a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conchamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio e a não participarem do processo de eleições indiretas. Após a decisão do Congresso Nacional sobre as eleições presidenciais (isto é, a votação da emenda Dante de Oliveira), aprovado ou não o pleito direto, o PT deverá articular novas táticas de luta. Neste contexto, o debate sobre a Assembleia Constituinte deverá ser retomado para que o partido venha a definir a sua

posição". Portanto, além de uma posição firme pelo boicote ao Colégio Eleitoral, contra qualquer conciliação, o PT pode agora adotar a bandeira da Constituinte.

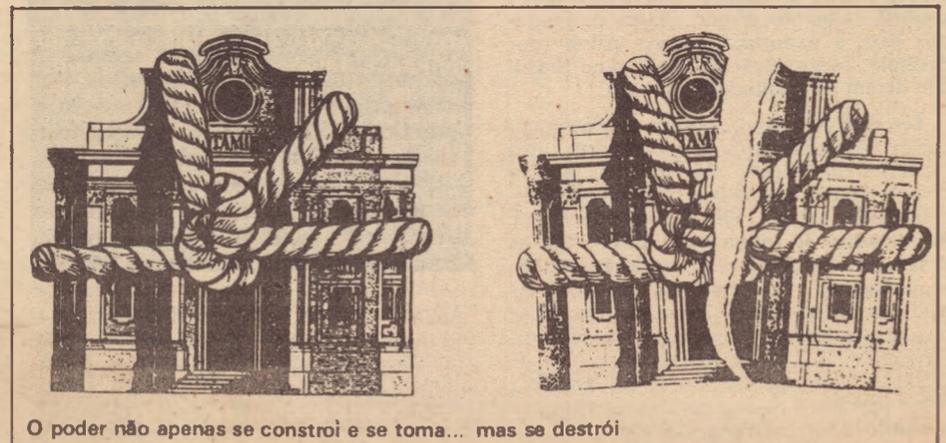
Pontos negativos

Mas as "Teses Políticas" têm muitos pontos negativos. A colocação sobre "poder e governo" é confusa e equivocada. Diz por exemplo que "o poder diz respeito ao conjunto das relações de dominação política e social existentes no país. Poder são, por exemplo, as oligarquias do Nordeste, os grandes banqueiros de São Paulo e de Minas. Poder são o grande capital nacional e multinacional, os grandes fazendeiros, os latifundiários. Poder são certos ramos do Estado, como as Forças Armadas, a polícia e a burocracia estatal. Poder é a grande imprensa. Do lado contrário, e em oposição ao poder dominante, também é poder o movimento popular e sindical, os partidos de oposição, as organizações e as lutas populares. (...) Recusamos as concepções que asseguram que basta tomar o poder do Estado para transformar a sociedade.

Para nós, o poder não apenas se toma, mas e principalmente, se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos, e de outras formas de organização dos explorados (...) e desenvolver este poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular".

A questão do poder de Estado, da necessidade de destruir o aparelho de Estado da burguesia para construir um novo poder, o enfrentamento dos trabalhadores com o poder do Estado burguês, é evitada e diluída numa caracterização do poder como uma influência espalhada por toda a sociedade e na idéia de que é possível "ir construindo" o poder pouco a pouco. O poder "se toma e se constrói", mas não podemos esquecer que também se destrói.

Finalmente, o programa de governo proposto, embora se refira à plataforma "Trabalho, Terra e Liberdade", é muito mais moderado. Por exemplo, a única nacionalização proposta é a dos bancos estrangeiros, que têm pouca importância no Brasil.



O poder não apenas se constrói e se toma... mas se destrói



Ernest Mandel

A crise capitalista e os países da periferia

Aqui, o autor de "O capitalismo tardio" e combatente do movimento operário internacional explica o cerco e as consequências desastrosas da crise capitalista sobre os países da periferia do sistema.

A crise mundial, que começou suas manifestações iniciais no princípio dos anos 70, não atingiu por igual, em sua primeira fase, os países industrializados e os países semi-industrializados. Países como o Brasil, o México, a Coreia do Sul e os países da OPEP mantiveram um ritmo acelerado de crescimento econômico. Estes ritmos distintos da crise enganaram a muitos, que acreditaram na possibilidade para certos países de contornar os efeitos da crise e basearam seus projetos econômicos nesta perspectiva.

Mas com a recessão que se inicia em 1980, quando a crise afetou simultaneamente todos os países, os efeitos foram muito piores sobre os países do chamado Terceiro Mundo. Chegou a alcançar contornos de verdadeira catástrofe econômica nos países mais pobres.

As formas que a crise assumiu apenas confirmam o que os marxistas sempre sustentaram: não se pode considerar a crise país por país; ela só pode ser analisada a partir do conjunto da estrutura da economia mundial.

Antes, os créditos serviam para o desenvolvimento. Agora, servem apenas para pagar os serviços das velhas dívidas. Toda a América Latina entrou neste círculo vicioso de endividamento externo, mas os casos mais notórios são os do Brasil, México, Argentina e Venezuela.

Para os países semi-industrializados e exportadores de matérias primas, a crise traz algumas consequências específicas das quais eu identifiquei sete principais.

Primeira: Há uma baixa nos preços das matérias primas e, conseqüentemente, uma baixa nas rendas das exportações desses países, cujo item principal continua sendo o de exportações de matérias primas. Esta baixa significou em 1981, para o total desses países, uma diminuição de 15% em suas rendas, e em 1982 uma diminuição adicional de 12% sobre o total já diminuído do ano precedente. Isto evidentemente aumentou sua dependência financeira, sujeitando-a à disciplina do FMI.

Segunda: A relativa reanimação da economia, que se iniciou nos EUA, Canadá, Inglaterra, Alemanha e Japão tem lugar sem um aumento dos preços das matérias primas. Esta nova desincronização se deve, entre outros fatores às reservas de matérias primas acumuladas pelos países imperialistas no período anterior. Por outro lado, esses próprios países se transformaram em grandes produtores e exportadores de matérias-primas. A Europa Ocidental, por exemplo, é o maior competidor da América Latina na exportação de produtos alimentícios (carnes, cereais), enquanto grandes planos de produção para a exportação desses países (por exemplo, os projetos sobre a soja no Brasil) não deram os resultados esperados.

Terceira: As medidas contra a inflação nos países industrializados são em parte, uma hipocrisia ideológica; mas também respondem a uma necessidade. Uma inflação descontrolada produz uma "greve geral" de investimento de capitais produtivos, que se dirigem à especulação, e afeta a reprodução econômica até o ponto da paralisia. As medidas deflacionistas, como os cortes nos orçamentos estatais e as altas taxas de juros, formam indiscutivelmente parte do projeto de um setor da burguesia imperialista contra a classe operária e os sindicatos em seu próprio território, contra a burguesia dos países do "Terceiro Mundo" e também contra outros setores imperialistas. Mas também são apre-

sentados como uma necessidade indiscutível para a recuperação do sistema. Isto significa um golpe terrível para os países dependentes que financiaram seu desenvolvimento anterior com grandes dívidas externas.

Quarta: Isto significa uma mudança qualitativa da estrutura e das consequências do endividamento internacional. É um fato confirmado por toda a história do capitalismo que cada onda de industrialização nos países dependentes foi sempre financiada parcialmente com créditos estrangeiros.

Mas a dívida externa é suportável se há crescimento permanente da economia. O velho ditado "Fique rico, gastando", só é verdade a curto e médio prazo. A longo prazo as dívidas devem ser pagas e numa conjuntura muito pior. Deste modo, antes os créditos serviam para o desenvolvimento. Agora servem apenas para pagar os serviços das velhas dívidas. Quase toda a América Latina entrou nesse círculo vicioso do endividamento externo, mas os casos mais notórios são os do Brasil, México, Argentina e Venezuela.

Quinta: Do anterior resulta uma enorme baixa do investimento produtivo nestes países; com o conseqüente aumento do desemprego, já estruturalmente elevado em muito deles. A diminuição de seus recursos impõe cortes drásticos em suas importações. Mas dada a estrutura e os interesses que governam a sociedade capitalista, há importações que não se pode cortar: os bens de luxo, os gastos militares, a energia e por outro lado, certos alimentos básicos. Então os cortes se concentram prioritariamente nos bens de capital: maquinaria e reposição, com o conseqüente efeito sobre o conjunto do aparelho produtivo. Isto repercute por sua vez, como se pode imaginar, sobre os países industrializados exportadores desses bens.

O outro aspecto dessa baixa do investimento produtivo é a diminuição de recursos financeiros e, em consequência, uma brusca suspensão do crescimento econômico que parecia ter se mantido na fase prévia da crise mundial. O México e o Brasil são exemplos dramáticos disso.

Sexta: Como resultado, temos uma contração do mercado interno, da produção industrial, das exportações e do emprego, inclusive nos setores não vinculados à exportação e às multinacionais. Isto é agravado pelas tendências ao protecionismo e ao nacionalismo econômico nos países industrializados: existe uma tendência de fragmentação do mercado mundial, ainda que isto não tenha se concretizado.

Nos países imperialistas, existe hoje uma luta muito grande entre aqueles que querem descarregar todo o peso da crise sobre o setor mais pobre do mundo e aqueles que tendem a compreender que isto significaria para eles próprios um terrível custo social. Pessoalmente creio que ocorrerá algo intermediário: os setores mais duros e imbecis que atualmente predominam na administração dos EUA não triunfarão a longo prazo porque sua política é suicida.

O que se gasta atualmente em "ajuda" ao "Terceiro Mundo" é uma soma muito inferior ao que esses países perdem com o protecionismo dos países imperialistas. Nestes últimos, existe hoje uma luta, muito grande entre aqueles que querem descarregar todo o peso da crise sobre o setor mais pobre do mundo e aqueles que tendem a compreender que isto significaria para eles próprios um

terrível custo social. Pessoalmente creio que ocorrerá algo intermediário: os setores mais duros e imbecis que atualmente predominam na administração dos EUA não triunfarão a longo prazo porque sua política é suicida.

Sétima: O aspecto estrutural mais importante é que a crise serve para acentuar ainda mais a concentração e a centralização do capital. Isto significa uma desvalorização de todos os ramos menos produtivos: a crise fortalece os fortes e elimina os fracos.

Como o grau de centralização do capital é hoje qualitativamente mais elevado que nos anos 30, isto nos dá uma diferença grande nas reações frente à crise. Naquela época, a reação foi fundamentalmente nacionalista, com a tendência ao fracasso do mercado mundial, ao estabelecimento de acordos e outras medidas protecionistas.

Como o grau de centralização do capital é hoje qualitativamente mais elevado que nos anos 30, isto nos dá uma reação muito diferente: naquela época a reação foi fundamentalmente nacionalista. Hoje, a economia está dominada pelas multinacionais e a crise significará um novo salto adiante na internacionalização do capital.

Hoje, a economia mundial está dominada pelas multinacionais, cuja estratégia é muito diferente e é preciso entender até que ponto é diferente. Por exemplo, na indústria de automóveis americana podemos ver duas reações opostas do grande capital. Uma é puramente protecionista contra as importações japonesas, apoiada pela burocracia sindical conservadora e que seria um suicídio para a indústria. A outra propõe o contrário: manter a tendência a buscar novos mercados onde se possa produzir mais barato, a tendência à internacionalização dos processos produtivos e a descentralização mundial da indústria. Ainda que ambas as reações se manifestem, a lógica das multinacionais vai no sentido desta última. Deste modo a crise significará um novo salto adiante na internacionalização do capital.

Aqui caberia uma pergunta: os países de desenvolvimento intermediário não poderiam por seu lado responder a esses processos estimulando sua própria produção de bens de capital e planos próprios de desenvolvimento nacional? Tecnicamente é possível já que a dependência tecnológica não é absoluta para países como o Brasil, o México e inclusive a Argentina. É de se supor que os bens de capital que aí seriam produzidos teriam um atraso tecnológico de cinco ou dez anos em relação aos produzidos nos países imperialistas, mas é claro que é melhor ter máquinas antiquadas que não ter máquina nenhuma por falta de divisas para importá-las.

Não obstante, isto é possível com uma condição: tem esses países e seus Estados o controle do mercado de capital e das decisões de investimento ou elas estão nas mãos das multinacionais? Penso que isto dependerá, sobretudo, da estratégia dos centros mais poderosos, quer dizer, das multinacionais: se decidem continuar com a industrialização do "Terceiro Mundo" ou não. Eles tomarão a decisão final, não os governos dos países dependentes: não é um problema de vontade, mas de lógica do modo de produção capitalista, do capitalismo tardio. Não se pode excluir que estes países façam tentativas nesses sentidos, mas o centro de tomada de decisão destas políticas econômicas, particularmente no que se refere a bens de capital, está nos países imperialistas e não nos países dependentes.

Aqui se colocaria nova pergunta: teremos nestes últimos países os mesmo fenômeno dos anos 30 com o surgimento de tendências burguesas que ainda recorrendo à demagogia nacionalista, a utilizam para certos fins reais e certas tarefas reais de reorganização da economia e do Estado? Minha opinião é que não. Ainda que essas tendências possam existir ideologicamente nesses países, particularmente naqueles com maior desenvolvimento intermediário, há agora um peso qualitativamente maior dos setores da burguesia mais ligados ao imperialismo e associados com sua perspectiva. Eles tratarão de situar-se uma nova divisão do mercado mundial dirigido pelas multinacionais.

Do ponto de vista dos trabalhadores e suas organizações, não se coloca a tarefa de ajudar o capitalismo e curar-se de sua crise. Eles devem antes de tudo defender suas conquistas, defender seu poder aquisitivo e seu emprego, lutar contra a alta dos preços e o desemprego, defender e estender o seguro social. Uma classe que não é capaz de defender as velhas conquistas nunca poderá conquistar outras novas.

O descontentamento e a indignação que se apoderam das massas à medida que a crise se estende e se aprofunda devem ser centralizados e canalizados para um objetivo preciso: a derrubada do imperialismo e do capitalismo. Com este objetivo é necessário colocar um programa de ação que combine as reivindicações imediatas e as reivindicações transitórias numa perspectiva de conquista e consolidação da independência política e organizativa de classe do proletariado.

Sabemos que a política de austeridade, de agravamento da dependência e de capitulação diante do capital internacional leva os trabalhadores à miséria e à fome. É um dilema que só pode ser resolvido mediante a passagem da defensiva à ofensiva, com a mobilização e lutas gerais.

Entre as reivindicações transitórias que adquirem uma importância particular na América Latina no curso da crise atual, destacaria: a adequação automática, mensal dos salários à alta do custo de vida; a organização dos comitês de bairro para o controle dos preços; a luta contra as imposições do FMI; a moratória da dívida externa; um programa de emergência de obras públicas para reduzir o desemprego, com principalidade na construção de casas e obras de infraestrutura para os marginalizados; a ocupação das terras dos ricos pelos camponeses pobres; financiamento de todas as medidas de emergência mediante a criação de um Conselho Central do setor nacionalizado inclusive os bancos nacionalizados com participação majoritária dos representantes dos trabalhadores e camponeses em tal setor e mediante a expropriação do capital estrangeiro; o controle operário generalizado sobre a produção como acaba de propor a Central Operária Boliviana em seu país.

É claro que as reivindicações podem ser diferenciadas segundo os países e a situação concreta que cada um deles atravessa. De qualquer modo, em qualquer país, os capitalistas responderão, como estão fazendo na Bolívia, que um tal programa os leva à bancarrota e a ruína. Os trabalhadores responderão que a política de austeridade, de agravamento da dependência e de capitulação diante do capital internacional leva os trabalhadores à miséria e à fome. É um dilema que só é possível ser resolvido mediante a mobilização e as lutas gerais, passando da defensiva à ofensiva".

São Paulo

I Congresso Estadual dos Trabalhadores

Aqui, as polêmicas e resoluções do congresso promovido pela CUT e que contou com a participação de 600 delegados, com expressiva representação das categorias operárias.

O I Congresso Estadual dos Trabalhadores de São Paulo realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de abril. Na pauta cumprida, constavam a fundação da CUT estadual, a deliberação das formas de sua implantação a nível da região do estado, o plano de ação (centrado na luta pelas eleições diretas e na preparação da greve geral) e a eleição da direção, do conselho fiscal e da plenária estadual.

O Congresso, que iniciou a efetiva organização da CUT a nível do estado, contou com a participação de 600 delegados, com expressiva representação das categorias operárias. Deve-se ressaltar também a importante presença de diretorias sindicais, refletindo o avanço da implantação do sindicalismo combativo no último período e a vitória de várias chapas apoiadas pela CUT em eleições sindicais.

O Congresso não foi precedido da realização de congressos regionais, conforme a deliberação do congresso nacional de fundação da CUT. Na realidade, até agora pouco tinha sido feito no sentido de estruturar a CUT no estado e impulsionar a sua intervenção nas múltiplas e importantes lutas sindicais travadas no último período. Dai porque a discussão preparatória provocou um importante debate sobre qual é o caminho para a construção objetiva da CUT, como ela deve participar nas lutas em curso, sua participação na luta política, sua estruturação e relação com a Conclat.

Abriu-se uma ampla discussão sobre as formas de filiação que ultrapassam as dos sindicatos (filiação de oposições, comissões de fábricas ou por local de trabalho e ativistas individuais), discussão que não foi travada no Congresso Estadual e foi remetida ao Congresso Nacional. Esta discussão expressou-se na polêmica em torno da estruturação à nível regional da CUT, com a posição

I — A CUT e a campanha pelas diretas já

Face à rejeição da emenda das eleições livres e diretas já no Congresso Nacional, a questão que todos se colocam é: como fazer valer a vontade do povo de se ver livre desse regime imediatista? A maioria (62% da Câmara, 298 deputados) votou pelas diretas já. A maioria esmagadora do povo (90%) e suas entidades exigem as diretas já e o atendimento de suas reivindicações. Diante disso, a CUT reafirma a sua posição contrária à negociação das diretas já e pelo boicote ao Colégio Eleitoral.

Como a CUT atuará

1. Participação da CUT na campanha pelas diretas já, colocando as reivindicações históricas dos trabalhadores e da CUT, destacando: liberdade e autonomia sindical, fim do arrocho salarial, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, fim da lei de greve, estabilidade e salário-desemprego, fim do regime militar.

2. Apoio à proposta de um ato unitário nacional no dia 13 de maio, onde participaremos com faixas próprias, assinadas pela CUT.

3. Discussão e preparação da proposta da greve geral: nas portas de fábricas e empresas, nos sindicatos em assembleias, com a Conclat, nos comitês pró-diretas, propondo uma plenária nacional, supra-partidária, chamando os 298 deputados que apoiaram as diretas e as demais entidades.

4. Reunião da direção nacional da CUT para avaliar o processo e definir a viabilidade da convocação da greve geral. Este Ceclat, portanto, não marca data para a greve geral.

Diante disso, é necessário que:

1. A CUT continue participando ativamente da campanha por Eleições livres e diretas já:

a — retomando as mobilizações de massa combinadas com o trabalho de base;



aparentemente favorável à filiação individual se manifestando na aprovação da autorização de congressos para criar a CUT a nível de municípios onde não existem sedes de sindicatos filiados a CUT na aprovação de plenárias regionais de ativistas da CUT, deliberativas a seu nível.

Eleição da direção

Foram definidas datas no início de junho para a realização de Congressos das regiões de

Campinas, Litoral, Vale do Paraíba e Grande São Paulo (exceto o ABC que já criou sua CUT regional) e escolhidas comissões preparatórias destes congressos. A nível do município de São Paulo, os membros da CUT estadual deverão se organizar a nível de diferentes regiões (zona sul, oeste, leste etc) para estruturar a CUT a nível de base, agrupando ativistas e comissões de empresas.

A importância da luta democrática foi integralmente assumida pelos participantes do

As resoluções aprovadas

b — reafirmando a utilização da greve geral como forma de luta para conquistar as diretas já, tendo em vista a ilegitimidade do atual parlamento, que traiu a vontade do povo brasileiro; (...)

c — para isolar cada vez mais o regime e centralizar toda a luta pela democracia, propor a realização, o mais rápido possível, de uma plenária nacional pró-diretas já, com a participação dos 298 deputados que votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, partidos políticos, CUT, Conclat, sindicatos e entidades populares e democráticas. A essa plenária, a CUT levará as seguintes propostas: não às negociações das eleições livres e diretas já, boicote ao Colégio Eleitoral, jornada nacional de luta, marcha à Brasília, greve geral.

2. A CUT discute e prepara a greve geral pelo atendimento das reivindicações pelas livres e diretas já.

a — buscando o encaminhamento de lutas conjuntas, no sentido de comprometer a Conclat e o conjunto do movimento sindical na preparação da greve geral;

b — trabalhando sobre as bases das direções que são contrárias à greve geral, através das oposições sindicais e grupos de fábricas com a finalidade de criar condições para a realização da greve geral e para a construção da CUT em todos os níveis e locais de trabalho, através de comissões;

c — a greve geral se realizará se conseguirmos criar as condições políticas e organizativas para tal e, neste sentido, ela não estará condicionada ao consenso da articulação CUT-Conclat, nem do Comitê Supra-partidário;

d — não subordinar a data da greve geral à votação de qualquer emenda ou sub-emenda.

As formas de luta

1. Que cada sindicato participe da manifestação de 13 de maio com faixas próprias, colocando a sua filiação à CUT;

2. Que todas as entidades participantes deste Ceclat façam, durante todo o mês de

maio, se possível até o dia 13, assembleias de sua categoria para discutir os encaminhamentos da luta pelas diretas já; deve-se enviar à CUT estadual as decisões destas assembleias, com lista de presença, data, hora e local de assembleia, até a primeira semana de junho;

3. Preparar uma jornada nacional de luta por eleições livres e diretas já, precedida por manifestações de rua, panelaços, queima de rojões, paralisações parciais etc;

4. Que a CUT, como participante do Comitê Supra-partidário, garanta sua palavra nas manifestações de 13 de maio;

5. Realizar uma campanha permanente de denúncia de deputados que votaram contra as diretas já ou não compareceram a votação da emenda, lançando um cartaz com nome e fotografia dos parlamentares traidores e fazendo um enterro simbólico de deputados e dirigentes que não assumem a luta pelas diretas já.

Relação com o Comitê Supra-partidário

A CUT defende a manutenção do Comitê Supra-partidário, com a tarefa de continuar a mobilização popular pelas eleições livres e diretas já, mantendo a sua autonomia.

A CUT deve garantir que, antes de qualquer reunião do Comitê Supra-partidário, as entidades afinadas com a CUT e seu programa se reúnam previamente para garantir uma intervenção comum.

Relacionamento com a Conclat

1. Consolidar a CUT nacional, construindo-a e implantando-a em todos os estados e regiões.

2. A CUT não reconhece a Conclat como central sindical e sim como uma coordenação, como ela própria se apresenta.

3. A CUT não subordina a sua estruturação e as suas deliberações à Conclat.

4. A CUT resguardará sempre sua autonomia e independência como central sindical,

Congresso, muitos dos quais não tinham, até então, se engajado a fundo na luta pelas eleições diretas. Este foi o ponto central do plano de ação aprovado, que defende a necessidade dos trabalhadores intervirem nesta luta com suas bandeiras próprias e com seus métodos de luta particulares, com ênfase para a greve geral.

A este respeito houve uma importante polêmica sobre se a CUT deveria submeter-se ou não à decisão do Comitê Supra-partidário no encaminhamento da greve geral. A decisão final foi de que a CUT não condicionaria a greve geral às deliberações do Comitê Supra-partidário. Outra questão polêmica, aprovada por pequena maioria, foi sobre a participação da CUT na manifestação do 13 de maio promovida pela Conclat, com o apoio do governo do estado de São Paulo.

Foi, por fim, escolhida a direção regional, composta de 27 efetivos e 27 suplentes (que devem ser dos mesmos sindicatos), o conselho fiscal e a plenária estadual (20% dos delegados ao Ceclat) que se reunirá a cada quatro meses. Definiu-se que a escolha de delegados para o congresso nacional da CUT em agosto será feita em um novo Congresso Estadual.

A única objeção que deve ser levantada à condução do Congresso foi a alteração no sábado do regimento interno. Clara Ant. da Federação dos Arquitetos, propôs e foi aprovada que categorias onde as assembleias convocadas pelas oposições não tivessem atingido o quorum, deveriam ter direito a delegação plena. Como este critério não havia sido previsto anteriormente, apenas os setores ligados a algumas posições elegeram suplentes e puderam se beneficiar destes critérios, o que deturpou um pouco a representatividade de algumas correntes no congresso.

independente do estado, dos partidos políticos e dos patrões.

5. Chamar a Conclat e o conjunto do movimento sindical a unidade em cima das lutas que digam respeito aos interesses dos trabalhadores e da preparação da greve geral.

6. A direção da CUT deve, sempre, dialogar com os sindicatos e oposições comprometidos com o seu programa, antes de conversar com a Conclat. Deve ir com propostas claras, mas respaldadas pela base. Em contrapartida, cada sindicato e oposição sindical ligados à CUT, deve procurar permanentemente a CUT para levar suas preocupações e propostas, o que ainda não está sendo feito.

7. Que a CUT apoie as oposições sindicais que defendem o seu programa e as formas de lutas aprovadas em seu congresso.

8. A CUT deve lutar pela unidade orgânica do movimento sindical.

9. A CUT deve convocar todos os sindicatos para seu Congresso em agosto de 1984, inclusive os articulados com a Conclat.

10. A CUT deve divulgar e denunciar sempre a posição da Conclat, esclarecendo onde está a divisão do movimento sindical e desmistificando a questão da unidade.

Direção Estadual da CUT

Executiva
Sindicato dos Químicos de São Paulo — Jorge (presidente); Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo — Osvaldo Bargas (secretário-geral); Sindicato dos Químicos do ABC — Luizão (tesoureiro); Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André — Manoel; Sindicato dos Bancários de São Paulo — Luis Gushiken; Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos — Gaspar; Sindicato dos Vidreiros — Valdir; Sindicato dos Correios — Paulo Skromov; Sindicato dos Petroleiros — Vander; Sindicato dos Médicos — Arlindo Chinaglia e Sindicato dos Arquitetos — Clara Ant.

Integram a direção mais 16 representantes dos seguintes sindicatos: Químicos do ABC, Bancários de São Paulo, Metalúrgicos de Sorocaba, Metalúrgicos de Itu, Aeronautas, Cimento e Cal, Construção Civil de São Bernardo, Metalúrgicos de São Bernardo, Metroviários de São Paulo, Metalúrgicos de São José dos Campos, oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, APASP, APEOESP, ASUSP e ADUNIMEP.

Magistério Paulista

A greve que abalou Montoro

Por Luci Ayala e Ednéa Martins *

Quatorze dias com 100% de paralisação na rede estadual de ensino, um total de 300 mil pessoas em várias manifestações, apoio geral da população. Nada disso foi suficiente para modificar a política econômica do governo paulista, que saiu profundamente desgastado junto à população.

A greve do magistério paulista representou um dos maiores desafios ao governo Montoro desde a sua posse. A postura do governo na mesa de negociações foi das mais inflexíveis: além de desconhecer que as cinco referências são um direito tomado do magistério durante o governo Maluf, Montoro considerou o tempo todo que qualquer negociação sobre o índice salarial só poderia ser feita com o conjunto do funcionalismo, na época do próximo reajuste, em julho.

Foi a mobilização do magistério que arrancou do governo as cinco referências já, colocando em cheque o argumento de falta de verbas. Todos sabemos que trata-se de uma opção política e não de simples falta de recursos: o governo de São Paulo desativou a Paulipetro, mas continua pagando as dívidas assumidas com as grandes empreiteiras; 683 bilhões de cruzeiros (13% do orçamento anual) são gastos com o pagamento da dívida externa da administração direta do Estado, sem considerar as dívidas das estatais.

O descaso do governo "democrático" com as áreas sociais — saúde, educação, habitação, transporte — ficou mais uma vez evidente para a população que apoiou irrestritamente os professores. Diante da opção entre acumular um grande desgaste junto à população que o elegeu ou romper seus compromissos com o grande capital, o governo Montoro optou pelo capital.

A força da unidade

A grande força da greve do magistério foi a unanimidade, a paralisação e mobilização de 100% da categoria. Mas, contraditoriamente, esta foi também a sua maior fragilidade. A base desta unanimidade partiu da unificação das diretorias das quatro entidades representativas do magistério, num processo que não resultava de um amadurecimento da discussão nas bases. Aliás, a discussão a partir das bases não é a tônica da prática sindical destas entidades — com exceção da Apeoesp. A ausência de estruturas como regionais e subdes, capazes de organizar e fazer fluir as discussões, foi um dos motivos centrais dos problemas de democracia interna que a categoria sentiu durante o movimento.

Foi também a fragilidade das entidades representativas dos diretores e supervisores que facilitou que parte da direção da greve ficasse nas mãos de estruturas da Secretaria de Educação, como as delegacias de ensino, caracterizando a greve quase como oficiosa.

E, mais ainda, não se tratava simplesmente de três setores do magistério público — professores, diretores e supervisores — que se aliavam num movimento reivindicatório. Eram três setores profissionalmente hierarquizados dentro da estrutura funcional da Secretaria de Educação. Essa hierarquia, se foi enormemente abalada através da prática



A grande passeata do dia 5 de abril

O PT e o magistério

Não é de hoje que se busca a unificação da intervenção petista no movimento de professores. Durante a greve foram realizadas uma série de reuniões plenárias de militantes com esse objetivo.

Estas reuniões contaram com a participação de diversos setores petistas dentro do movimento, à exceção do setor petista da diretoria da APEOESP, que mandou um representante à uma das reuniões. Também participaram representantes do diretório estadual e da comissão sindical.

As reuniões não conseguiram forjar uma unificação de intervenção petista do

movimento, mas deram alguns passos importantes nesse sentido.

As principais divergências foram as avaliações das condições de continuidade ou não da greve a partir da proposta do governo.

Agora com o período de balanço do movimento, surge a oportunidade de se construir efetivamente a unificação dos petistas dentro do movimento, inclusive com a organização de núcleos de professores e comissões de educação em algumas regionais.

sindical comum, ainda está longe de ser destruída. Assim, muitos diretores atuaram como figuras de "liderança" nas suas escolas, sendo que, na verdade, o setor mais combativo eram os professores.

Desequilíbrios

Como instrumento visível do poder concentrado nas mãos dos diretores, o ponto. Em assembleia anterior à unificação do magistério, a Apeoesp avaliara a dificuldade dos professores em optar pela greve, principalmente porque não tinham condições econômicas de perder os dias

parados. Assim, foi só com a adesão dos diretores — o que garantiu a assinatura do ponto durante o período de greve — que os professores se sentiram em condições de assumir a paralisação.

Desta forma, instalou-se um desequilíbrio, onde o setor mais combativo e numericamente maior — os professores — não detinha a direção efetiva do movimento, ainda que publicamente a Apeoesp fosse a entidade mais em evidência.

Esse equilíbrio acentuou-se na medida em que a unificação "por cima" deixou

grandes lacunas no entendimento que cada setor teve sobre as reivindicações apresentadas ao governo do Estado. A reivindicação de 70% de reajuste já, não havia sido sequer discutida por supervisores e diretores antes da unificação. No entanto, para o professorado que vai aderindo cada vez mais massivamente ao movimento, essa era a reivindicação central, a mais sentida, a mais urgente.

Desta forma, são os mesmos fatores que permitem a unanimidade de 100% e que dificultam o avanço do movimento. Mais ainda, diante do recuo de alguns setores, o conjunto tinha diante de si a opção de manter a unidade do movimento ou prosseguir numa greve de características diferentes, parcial, possivelmente com piquetes. E uma greve que paralisa 100% no primeiro dia, apareceria como derrotada diante da opinião pública e do patrão, se continuasse apenas com uma parte, ainda que expressiva, destes 100%.

Finalmente, a determinação do governo em não discutir o índice de reajuste, por se tratar de questão que envolvia todo o funcionalismo, colocava para o magistério a necessidade da sua unificação com o conjunto dos funcionários do estado. Se a paralisação de 100% da rede estadual de ensino não foi suficiente, só a paralisação total do serviço público poderá "sensibilizar" nosso patrão "democrático".

Aprendendo a lutar

Esta foi uma das lições que o professorado em movimento aprendeu: a necessidade de se unificar e de se solidarizar com todos os trabalhadores em luta. O sentimento corporativista que dominava a categoria no início do movimento foi cedendo aos poucos, diante de expressões concretas desta unidade, como a cessão de sua sede pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sem dúvida, este avanço teria sido muito maior se outros setores e principalmente a CUT, tivessem tido uma presença cotidiana e ativa no apoio à greve.

Para a maioria dos professores, esse movimento foi um processo importantíssimo de politização: aprender a discutir, descobrir as vantagens de trabalhar coletivamente, tomar contato com a comunidade, sair pelas ruas em passeata, bolar palavras de ordem...

Esse aprendizado também se refletiu na postura quanto às eleições diretas. Ainda no final da greve a maioria se posicionava contra "misturar as coisas", jogar num movimento "reivindicatório" uma "questão política". Mas, de toda forma, a questão foi amplamente debatida e abriu-se o caminho para uma compreensão mais ampla do que é fazer política.

Assim, o magistério sai desta greve com uma vitória parcial nas suas reivindicações. Mas sai com uma vitória bem maior em termos de conscientização, politização e organização pela base.

* Luci foi membro da Comissão de Negociação e Ednéa do Comando de Greve, como representantes da Apeoesp.



CUT e Conclat propõem

Em discussão a greve geral

A CUT e o Conclat decidiram encaminhar, após uma reunião conjunta, uma ampla discussão da proposta de uma greve geral de 24 horas a favor da aprovação das diretas já. Uma nova reunião está prevista para o dia 19 de maio quando serão decididos os passos para a preparação da greve geral.

As comemorações do 18 de maio foram um momento da luta pelas diretas. No ABC e em São Paulo, nos atos unitários realizados, houve protestos contra os que votaram contra as diretas-já, houve um claro posicionamento contra os que estão dispostos a negociá-las e uma combativa disposição de preparar a greve geral para a conquista das diretas.

No ABC ao final do ato, foi realizado o enterro simbólico dos que votaram contra as diretas-já.

Falando pelo PT, Lula buscou situar o momento em que vivemos, apontando quatro acontecimentos: no Ceará cerca de 1 milhão de pessoas ficarão sem emprego com a desativação das frentes de trabalho; no Mato Grosso do Sul, mil famílias que invadiram um latifúndio estão há dias cercadas pela polícia sem alimentos ou auxílio; a decretação pelo governo do novo salário-mínimo (4 vezes inferior ao apontado pelo DIEESE) e a continuidade da campanha pelas diretas. Lula situou como um salto de qualidade a participação dos trabalhadores na luta pelas diretas. Segundo Lula, "...os trabalhadores descobriram que não basta só a luta econômica, descobriram que se não mudar o governo nada muda, que só mudando o governo será mudada a política econômica". E esclarecendo o sentido da participação dos trabalhadores na campanha, afirmou que "...não queremos apenas tirar o Figueiredo, queremos no governo alguém capaz de garantir o que precisamos: reforma agrária, fim do arrocho e do desemprego, liberdade de organização". E concluiu afirmando que "...temos de mudar o governo e isto só ocorrerá com a luta política dos trabalhadores".

Jair Meneguelli, coordenador-geral da CUT, explicou a proposta da greve geral.

Apontou como exemplo dos trabalhadores do Chile, que definiram a realização da greve geral contra Pinochet, dos



trabalhadores da Bolívia e da Polônia que em vários momentos de sua luta lançaram mão da greve. Meneguelli ressaltou que nestes países o apoio às greves gerais é intenso e chamou atenção para o fato de que há vários setores que no Brasil apóiam as greves nestes países e se posicionam contra a greve geral aqui. Considerando a greve geral como um instrumento de luta da classe trabalhadora, conclamou todos a discutir a greve em todos os locais. "É responsabilidade de todo dirigente sindical discutir e preparar a greve geral", concluiu.

A greve geral na luta pelas diretas

Representando o CONCLAT, Jamil da diretoria do Sindicato dos Médicos, leu em São Bernardo o manifesto conjunto da CUT e do CONCLAT que defende a greve geral como forma de luta para a conquista das diretas-já. Afirmou que "nós, dirigentes sindicais, temos discutido uma maneira para dar um basta a este governo. Queremos eleições imediatas. Estivemos reunidos preparando o encaminhamento da greve geral que deve sair antes da votação da emenda Figueiredo. Só a classe trabalhadora

parando a produção é que conquistará as eleições diretas."

As comemorações do 1º de maio já mostraram os primeiros resultados das reuniões realizadas entre a CUT e a CONCLAT, quando representantes das duas centrais defenderam a greve geral.

A primeira reunião entre a CUT e a CONCLAT foi realizada em Brasília, no dia 26 de abril. Ficou acertada uma reunião comum para discutir a continuidade da campanha pelas diretas e a realização de uma greve geral de 24 horas pela sua aprovação. Na segunda reunião, realizada em São Paulo, no dia 29 de abril, foi concretizado este processo: até o dia 18 de maio deverão ser realizadas reuniões gerais em todos os sindicatos para discutir a proposta. Em uma nova reunião conjunta (possivelmente no dia 19 de maio) será tomada a deliberação final sobre a greve geral.

A importância da greve geral no atual momento é grande: é a única alternativa à proposta de negociar com o regime. A campanha pelas diretas-já mobilizou milhões de pessoas. Agora é o momento de organizar a ação destes milhões. A organização da greve geral é o passo adiante na forma de luta, o passo a uma forma mais eficaz de mobilização.

O momento atual coloca com evidência a necessidade de superar uma debilidade que existiu na campanha: a presença pouca organizada dos trabalhadores.

O ataque que sofreu a proposta de paralização nacional apresentada pelo Comitê Suprapartidário é uma prova disto: a oposição burguesa queria a campanha sob o seu inteiro controle, logicamente para estancá-la quando quizesse no momento de uma negociação. A única garantia para a continuidade até a vitória da campanha pelas diretas-já é a presença crescente da classe operária na direção desta luta. E para esta presença é indispensável que formas de luta próprias da classe trabalhadora galvanizem a luta.

E a maioria da população apóia esta forma de luta. A própria Folha de São Paulo constatou isso, talvez para sua surpresa, quando realizou uma enquete entre a população de São Paulo: 57% dos entrevistados apoiaram a greve geral como forma de luta pela conquista das diretas.

Durante o processo de preparação da greve geral é fundamental que seja desenvolvido um programa que alinhe as reivindicações dos trabalhadores e do povo a serem conquistadas. Um programa que aponte uma alternativa operária e popular para a crise que vivemos, um programa que seja um elemento que estimule a parcela cada vez maiores da população a entrar na luta, defendendo o que lhe interessa. Afinal a luta pela conquista da democracia, pelo fim da ditadura é inseparável da luta contra o arrocho, contra o desemprego, pela reforma agrária, contra o imperialismo e contra a exploração.

Garantir uma boa preparação para a greve

É muito importante que a proposta da greve geral seja unitária, tenha partido de uma reunião conjunta da CUT e do CONCLAT. Agora é fundamental garantir que ela ganhe corpo, seja construída concretamente. E isto envolve, como foi proposto no CECLAT paulista (ver matéria na pg. 13), o trabalho nas portas de fábricas e empresas, as assembleias em sindicatos e associações, a realização de Jornadas Nacionais de Luta. A primeira delas está sendo proposta para o dia 13 de maio pelo Comitê Supra-partidário.

Todas essas mobilizações, crescendo, devem caminhar para a realização da greve geral, que a cada dia se materializará mais claramente, aumentando a confiança da classe trabalhadora em sua luta.

Com este processo de mobilização o isolamento vivido pelo regime militar só crescerá, ao mesmo tempo em que diminuirá velozmente a sua margem de manobra junto aos que querem trair a mobilização popular.

Nesta preparação teremos seguramente de combater dois tipos de argumentação contra a greve geral. A primeira, a dos que não acreditam na capacidade e na disposição de luta do povo. A estes deveremos lembrar o próprio início da campanha pelas diretas: quem acreditaria em janeiro que mais de 5 milhões de pessoas iriam às ruas reivindicá-las? A segunda, a dos que temem a mobilização por querer controlar a campanha segundo seus interesses: a estes devemos apontar o que levou a rua milhões de pessoas, a vontade de por fim a ditadura e não a ânsia para fazer algumas negociatas com os donos do regime.

Assine EM TEMPO

Um jornal com tradição na luta contra a ditadura



A Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal EM TEMPO

Nome:

Endereço:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Assinatura anual: Cr\$ 6.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00

Assinatura exterior anual: US\$ 35

EM TEMPO

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS Nº 9.149.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 46.093.549-0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - Sala 12 - CEP 30.000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira 618 - loja 4 - Bom Fim - CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; Vitória: Caixa Postal 1427 - CEP 29000; Natal: Caixa Postal 1550 - CEP 59072; Campinas: Caixa Postal 5010.

Nicaragua

Cresce a agressão militar

"Esta é a maior ofensiva militar que os EUA lançaram contra nós até o presente", denuncia o líder sandinista Daniel Ortega. Enquanto isto o envolvimento da CIA nesta guerra suja ganha as páginas da imprensa internacional e começa a ser julgado no órgão máximo da ONU, a Corte de Haia.

Denúncias de "violações de direitos humanos", chamados à "conciliação nacional", oposição a armar a defesa do país, negativa em reconhecer a evidente e constatada agressão imperialista ao país, são os ingredientes da "frente interna" articulada pelos EUA na sua agressão à revolução sandinista. Quem é o seu principal executor? O alto clero da igreja nicaraguense e o Vaticano.

Consequentes com a sua concepção estratégica, os EUA vêm reforçando as suas ações, tanto na frente militar como no campo estritamente político.

A agressão militar ganhou uma nova e importante confirmação pública com as revelações feitas pela imprensa norte-americana e pelas críticas de membros da Câmara dos Deputados e outros políticos expressivos, como o candidato negro do Partido Democrata, Jessie Jackson, à violação do princípio de neutralidade que deveria valer enquanto os EUA não declararem guerra à Nicarágua.

Diante desta situação, a Nicarágua solicitou à Corte de Haia, órgão máximo das Nações Unidas em matéria de litígios internacionais, o enquadramento e condenação das agressões norte-americanas a seus portos. Os EUA reagiram imediatamente, negando à Corte de Haia jurisdição sobre sua política para a América Central nos próximos dois anos.

O que não é de estranhar se se presta atenção a uma informação aparecida no *New York Times* em fins de abril: o Pentágono preparou toda a infra-estrutura necessária a uma intervenção direta dos EUA na América Central. As forças armadas norte-americanas estão preparadas para entrar em combate, falta somente a ordem de Reagan.

A conjuntura, sem dúvida, mudou. Reagan, interessado na sua campanha eleitoral, em aparecer como quem vai "lavar" as ofensas sofridas por seu exército no Irã (quando da ocupação da embaixada dos EUA) e no Líbano (quando morreram mais de duzentos soldados em um atentado), atua como um general Newton Cruz em escala internacional.

Mas eleitoralmente essa política pode não ser das melhores. Uma pesquisa mais recente, feita pelo *New York Times* e pela CBS-TV indica que 70% dos americanos desaprovam a orientação de Reagan para a América Central. Apenas 27% dos entrevistados aprovam a derrubada pela força do governo sandinista.

Além disso, os EUA têm que manter sua credibilidade internacional. E as ações que ganharam as páginas da imprensa em todo o mundo nas últimas semanas foram para esta credibilidade "minas" de um poder dez vezes mais destrutivo que as colocadas pela CIA nos portos nicaraguenses. Basta mencionar que até Margareth Thatcher, a conservadora dirigente inglesa, condenou a política de Reagan ou que a democracia-

Eden Pastora, um boneco da CIA

Provas e denúncias demonstrando que as ações de Zero obedecem ao comando de Washington.

Finalmente, nas últimas semanas, a agressão direta ou encoberta dos EUA à Nicarágua ganhou espaços na imprensa internacional. Para isto, foi necessário que os EUA violassem flagrantemente um direito historicamente reclamado pela burguesia internacional, a livre navegação dos mares e o acesso irrestrito a qualquer porto.

Como resultado das minas colocadas nos acessos marítimos nicaraguenses, meia dúzia de embarcações europeias e japonesas sofreram avarias. Isso fez com que os aliados dos EUA protestassem energicamente. Em reação à condenação internacional, a 12 de abril, por 32 votos contra 3, o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados dos EUA aprovou uma resolução que proíbe a participação de seu país na instalação de minas em portos nicaraguenses.

Simultaneamente, a CIA anunciava cinicamente ter suspenso essas operações "por tempo indeterminado". Não obstante, frente às costas nicaraguenses, permaneciam estacionadas as fragatas norte-americanas do tipo "Gallery" que operam como barcos-ponte para as lanchas tipo "Pirinha" que a CIA utiliza para essas ações e toda espécie de sabotagens no mar.

Também o Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) condenou enfaticamente a participação dos EUA nestas agressões.

A maior ofensiva militar

Mostrando a existência de uma coordenação única de todas as frentes de ataque à Nicarágua, as Forças Democráticas Nicaraguenses (comandadas pelos ex-guardas somozistas) e a Aliança Revolucionária Democrática (dirigida pelo renegado Eden Pastora) intensificaram as suas ações. A ARDE havia iniciado uma ofensiva para apoderar-se de um povoado abandonado, San Juan del Norte, na fronteira da Nicarágua com a Costa Rica. De acordo com Daniel Ortega, "esta é a maior ofensiva militar que os EUA lançaram até o presente" nesta área.

Por sua vez, os EUA decidiram ampliar suas manobras militares na vizinha Honduras, para onde estão sendo deslocados fortes contingentes de tropas norte-americanas, com caráter permanente. Em manobras militares conjuntas, denominadas "Granadero I" (alusão provocadora à invasão recente de Granada), os EUA, Honduras, El Salvador e Guatemala mobilizaram ao longo do mês de abril cinco mil soldados. De outro lado, os EUA começaram uma concentração de tropas superior a trinta mil homens, e que desde

fins de abril vêm realizando a maior manobra militar que já assistiram as costas marítimas centro-americanas.

Pastora, boneco da CIA

Inúmeras outras agressões foram noticiadas no mês passado. No dia 15 de abril, o jornal *Los Angeles Times* denunciou que Reagan havia assinado um decreto secreto habilitando a CIA e o FBI a formar esquadrões paramilitares, dentro ou fora de seu território, "para prevenir e responder ações terroristas".

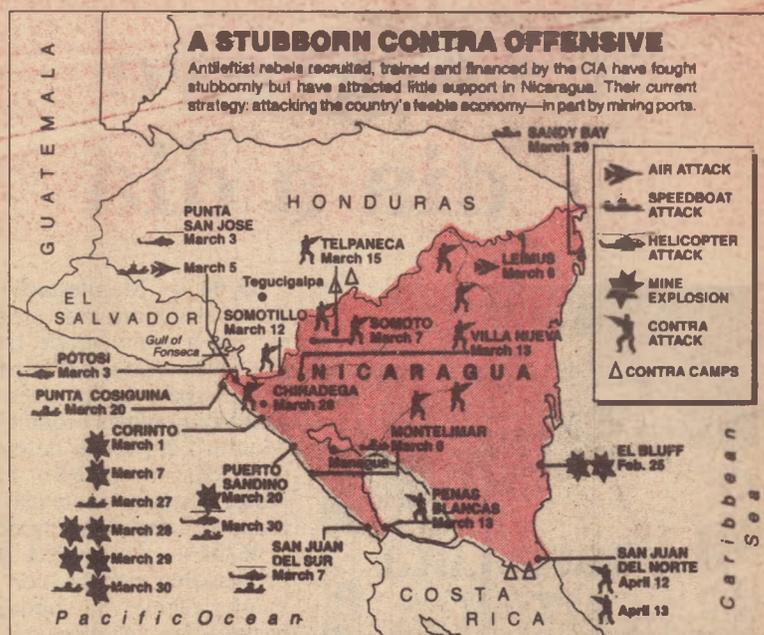
Ao final de abril, veio à luz uma prova definitiva sobre a vinculação da ARDE de Eden Pastora e a CIA, quando se conheceu a notícia de que no dia 24 de março passado caiu um avião DC-3 perto da fronteira sul da Nicarágua, onde opera essa organização. Os quatro tripulantes eram agentes norte-americanos e transportavam armas de combate.

Por sua vez, um jornal israelense informou que os EUA utilizam Israel para realizar vendas "indiretas" de armas a ditaduras centro-americanas e aos contrarrevolucionários na Nicarágua. Além disso, um acidente ocorrido entre os índios misquitos que transportavam armamentos para a ARDE na fronteira nicaraguense revelou o uso por essa organização de bombas de fósforo proporcionadas pelos EUA.

Finalmente, de acordo com denúncias veiculadas pelo jornal *New York Times*, a ARDE está sob total controle da CIA. Citando fontes da própria ARDE, do governo da Costa Rica e de diplomatas, o jornal informou que em mais de uma ocasião a CIA reduziu assistência em dinheiro e armamentos aos mercenários de Pastora, chegando inclusive a ameaçar com o corte dessa assistência militar, caso a ARDE não realizasse ações militares mais ousadas.

De acordo com o *New York Times*, no último período, a CIA forneceu toneladas de material militar e centenas de milhares de dólares, principalmente em dinheiro, mas também por meio de cheques de um banco mexicano para a ARDE exigindo, em contra-partida, o ataque à rodovia que une Managua ao porto Atlântico de El Bluff e a instalação de um governo provisório em território ocupado.

Foi exatamente o cumprimento destas condições que foi tentada por Eden Pastora recentemente com a tomada da cidade de San Juan del Norte. A ação, no entanto, apesar do estardalhaço da grande imprensa, redundou em um grande fracasso com os comandados de Pastora retornando às suas posições.



cristã da Alemanha, a mais fiel colaboradora internacional de Reagan, declarou publicamente a sua perplexidade ante os rumos da intervenção dos EUA na América Central e, em especial, na Nicarágua.

Reagan e João Paulo II

Mas se no terreno militar, Reagan se revela um cowboy que necessita aposentar-se, é na frente política do interior da Nicarágua que tem alcançado os seus maiores avanços.

A evidente vinculação entre o alto clero nicaraguense e a embaixada norte-americana em Managua foi denunciada em fins do ano passado por padres católicos norte-americanos que, em visita à Nicarágua, constataram a subordinação do arcebispo da capital ao embaixador: só através deste conseguiram uma audiência com a máxima autoridade religiosa do país.

A igreja católica norte-americana não ficou aí: condenou também a política de Reagan na América Central. Tudo isto lhe valeu em abril passado a censura pública do próprio papa João Paulo II. Neste contexto, não se pode senão suspeitar do encontro a ser mantido entre o papa e Reagan em começo de maio no Alaska, onde ambos farão "escala técnica" em suas respectivas viagens ao Extremo Oriente.

Este canal aberto na igreja católica permite a Reagan propagandear suas posições impunemente dentro do país, revestidas da "autoridade moral" da Igreja. O arcebispo de Managua, em uma Carta Pastoral publicada em fins de abril, pediu um diálogo "franco e democrático" entre todas as forças do país (ou seja, incluindo os somozistas em armas) e exigiu a liberdade de três mil presos políticos. Pronunciou-se também contra uma educação materialista e atéia e alertou sobre a influência cubana no país. Sem dúvida, manifestou "preocupação" ante a "ameaça" (sic) de intervenção americana, uma atitude cínica quando há semanas a imprensa internacional informava sobre a efetiva intervenção militar direta dos EUA na Nicarágua.

No mesmo sentido, vêm-se articulando um boicote dos partidos políticos mais conservadores às eleições marcadas para o fim do ano. Com esta articulação, os EUA buscam minar o processo de normalização institucional que está em curso no país já que o candidato sandinista terá seguramente a grande maioria dos votos.

Frente a esta agressão interna, o governo sandinista tem mantido uma atitude firme. O ministro da Defesa, Humberto Ortega, afirmava logo após a divulgação da carta do arcebispo: "os inimigos da Nicarágua não são apenas os EUA, mas também os elementos anti-patriotas, anti-nacionalistas que através da propaganda, homilias e palestras procuram confundir o povo".